



A CRUZ E O MAR

Templários, Ordem de Cristo e
a construção de Portugal

— ∞ Da fronteira medieval à expansão atlântica ∞ —



Francisco António Gonçalves

A CRUZ E O MAR

*Templários, Ordem de Cristo e a construção de
Portugal*

Da fronteira medieval à expansão atlântica

Ensaio histórico de divulgação

Edição de trabalho — Agosto de 2026

Índice

Nota ao leitor

Introdução — Uma história dividida em gavetas

Parte I — Antes do oceano: território, fronteira e ordens militares

1. Antes de Portugal: o Condado e a fronteira
2. Monges com espada: o que eram os Templários
3. Afonso Henriques e a aliança da fronteira
4. Gualdim Pais: o engenheiro de uma fronteira
5. O Sul não foi conquistado por uma só cruz

Parte II — Da queda do Templo ao nascimento da Ordem de Cristo

6. Poder, riqueza e vulnerabilidade
7. O julgamento dos Templários: história e mito
8. D. Dinis e a arte de não desperdiçar uma crise
9. 1319: continuidade sem fantasia
10. Tomar: um arquivo de pedra

Parte III — Da fronteira terrestre à fronteira oceânica

11. Avis, 1383-1385 e a monarquia que olha para fora
12. O Infante D. Henrique e a máquina imperfeita da expansão
13. Madeira, Açores, África: aprender a governar o oceano
14. Do Bojador ao Cabo: conhecimento acumulado, não milagre
15. D. Manuel, a Cruz de Cristo e o salto para o mundo

Parte IV — O que ficou: memória, mito e uma leitura diferente de Portugal

16. Tesouros, túneis e outros atalhos para estragar uma boa história

A CRUZ E O MAR

17. Da Reconquista à globalização: o fio que os manuais partem

Epílogo — A cruz, o mar e a capacidade de mudar

Apêndice I — Cronologia essencial

Apêndice II — Lugares onde esta história ainda pode ser tocada

Apêndice III — Documentos que mudam a leitura da história

Apêndice IV — Mitos e factos em dez perguntas

Bibliografia e fontes recomendadas

Nota final sobre método

Nota ao leitor

Este livro parte de uma pergunta simples: o que muda na nossa compreensão de Portugal quando deixamos de estudar, em gavetas separadas, o Condado Portucalense, a Reconquista, os Templários, D. Dinis, a Ordem de Cristo e a expansão marítima?

Muda bastante.

Não porque exista uma “história secreta” escondida por uma conspiração multissecular. Essa versão é tentadora, vende romances e alimenta documentários com música grave, mas raramente melhora o nosso conhecimento. O que existe é algo mais banal e, por isso mesmo, mais interessante: a história ensinada ao grande público tende a simplificar processos longos, a personificá-los em meia dúzia de reis e navegadores e a separar instituições que, na realidade, atravessaram séculos.

A Ordem do Templo foi uma dessas instituições. Os Templários não criaram Portugal sozinhos, não conquistaram todo o território de norte a sul e não deixaram aos portugueses um cofre de segredos náuticos vindos de Jerusalém. Mas participaram de forma importante na consolidação do jovem reino, no povoamento e defesa de áreas estratégicas, na administração de património e na modernização de certas estruturas militares. Quando a Ordem foi suprimida no início do século XIV, a monarquia portuguesa, sobretudo pela ação diplomática de D. Dinis, conseguiu impedir que a sua base patrimonial desaparecesse simplesmente do espaço político português. Em 1319 nasceu a Ordem de Cristo, canonicamente

nova, mas instalada sobre parte substancial da herança material e institucional do Templo.

Mais de um século depois, essa Ordem de Cristo estava ligada ao Infante D. Henrique e à expansão atlântica. No reinado de D. Manuel I, a Cruz de Cristo tornara-se inseparável do imaginário das navegações portuguesas. Entre a fortaleza de Tomar e as velas que atravessaram o Atlântico e o Índico existe, portanto, uma continuidade real. Não é uma linha reta, não é uma sucessão secreta e não é uma explicação única para os “Descobrimentos”. É uma continuidade institucional que merece ser vista.

Este livro procura reconstruí-la sem catecismos patrióticos e sem catecismos antipatrióticos. A formação de Portugal envolveu guerra, diplomacia, religião, povoamento, comércio, violência, cooperação, privilégio e adaptação. A expansão marítima produziu conhecimento e redes globais, mas também conquista, coerção e escravização. Uma história adulta não precisa de escolher entre glória absoluta e culpa absoluta. Precisa de suportar a complexidade.

Ao longo das próximas páginas, distinguiremos três níveis: o que está documentalmente estabelecido; o que é interpretação historiográfica plausível; e o que pertence ao domínio da lenda. É precisamente nessa separação que a história recupera força. O passado não fica menos fascinante quando se retiram os milagres. Pelo contrário. Descobre-se que seres humanos reais, com recursos limitados, interesses contraditórios e instituições

imperfeitas, fizeram coisas suficientemente extraordinárias sem precisarmos de lhes emprestar magia.

Introdução — Uma história dividida em gavetas

A narrativa escolar portuguesa tem uma virtude e um defeito que frequentemente são a mesma coisa: é organizada para ser memorizada. Datas, reis, batalhas e tratados são colocados numa sequência inteligível. Para uma criança ou adolescente, isso é útil. O problema começa quando essa estrutura provisória se transforma na nossa visão definitiva do passado.

Aprendemos o Condado Portucalense. Depois D. Afonso Henriques. Depois a Reconquista. Surgem Templários, Hospitalários, Santiago e Avis, muitas vezes como personagens laterais. Avançamos para D. Dinis, conhecido pelas reformas administrativas, pela agricultura e pela cultura. Saltamos para a crise de 1383-1385. Chega a Ínclita Geração. Aparece o Infante D. Henrique. Depois Ceuta, Madeira, Açores, costa africana, Cabo da Boa Esperança, Índia, Brasil. Em cada capítulo mudam os protagonistas e parece começar um novo mundo.

Mas os mundos históricos raramente começam de novo. Acumulam-se.

Os castelos têm arquivos. As ordens têm propriedades. As propriedades dão rendas. As rendas pagam homens, cavalos, obras e navios. As instituições criam hábitos de administração. Os reis herdam problemas e soluções. As fronteiras mudam, e organizações concebidas para uma fronteira terrestre podem

encontrar uma segunda vida quando a fronteira passa a ser marítima.

A história da Ordem do Templo em Portugal é um exemplo dessa acumulação. As primeiras concessões à Ordem surgem ainda antes da afirmação plena da monarquia portuguesa. Na segunda metade do século XII, sob Gualdim Pais, Tomar transforma-se num centro militar e territorial de primeira importância. A Ordem gere terras, fortalezas e populações numa região sensível entre o Mondego e o Tejo. O seu papel não elimina o de outras ordens militares nem o da Coroa, das famílias senhoriais, das milícias concelhias ou dos colonos cristãos. Mas integra um sistema que ajuda a transformar conquista em território administrado.

No início do século XIV, esse sistema entra em crise por uma causa que nasce fora de Portugal. Filipe IV de França ataca os Templários. O papado, sob Clemente V, acaba por suprimir a Ordem em 1312. Em grande parte da Europa, os bens templários são encaminhados para os Hospitalários. Na Península Ibérica, porém, a situação assume contornos próprios. As monarquias ibéricas argumentam que aquelas propriedades tinham sido concedidas para defender uma fronteira específica e que a sua transferência não podia ser tratada como se Lisboa, Aragão ou Castela fossem simples extensões administrativas de Paris.

D. Dinis negocia. Não derrota militarmente o Papa, nem “nacionaliza” unilateralmente os Templários no sentido moderno. Faz algo mais inteligente: transforma uma crise jurídica internacional numa solução politicamente portuguesa.

Em 1319, João XXII cria a Ordem de Cristo através da bula *Ad ea ex quibus*. O novo instituto recebe bens da antiga Ordem do Templo em Portugal. O primeiro mestre não é sequer um antigo chefe templário, o que é importante para percebermos que não estamos perante uma simples mudança de placa à porta. Mas a continuidade patrimonial é suficientemente forte para que a nova Ordem se torne herdeira de uma geografia e de uma capacidade económica construídas ao longo de gerações.

Depois, a função muda.

A Reconquista portuguesa termina no século XIII. A fronteira militar interna desaparece. No século XV, Portugal olha para o Norte de África e para o Atlântico. A Ordem de Cristo entra nessa nova política. O Infante D. Henrique torna-se seu administrador. A Coroa concede-lhe direitos espirituais e rendas em territórios atlânticos. A Ordem participa no enquadramento financeiro, religioso e simbólico da expansão. Mais tarde, D. Manuel, que governa a Ordem antes e durante o seu reinado, associa o seu poder a um dos períodos de maior projeção internacional portuguesa.

É por isso que Tomar é uma espécie de livro de pedra. A UNESCO resume a transformação de maneira quase perfeita: o complexo que nasceu como símbolo da Reconquista passou, no período manuelino, a representar a abertura de Portugal a outras civilizações. A fortaleza e o convento contêm na mesma arquitetura as duas grandes fronteiras da monarquia medieval e moderna: primeiro a terra, depois o mar.

Este livro segue esse movimento.

Não pretende reduzir Portugal aos Templários. Isso seria substituir uma simplificação por outra, façanha em que a espécie humana parece ter especial talento. Pretende mostrar como uma instituição frequentemente relegada para uma nota lateral participa de uma longa história de continuidade e adaptação. Ao fazê-lo, veremos também que a formação do reino foi mais coletiva do que a lenda dos grandes homens deixa perceber; que D. Dinis foi um estratega institucional notável; que a expansão marítima resultou de uma ecologia de conhecimentos e recursos e não do génio isolado de um príncipe; e que a grandeza histórica de Portugal está menos em ter possuído um destino predeterminado do que em ter sabido, em momentos decisivos, transformar limitações em novas possibilidades.

**Parte I — Antes do oceano:
território, fronteira e ordens
militares**

Capítulo 1 — Antes de Portugal: o Condado e a fronteira

Portugal não nasceu num dia. Nem sequer nasceu, no sentido moderno, quando alguém decidiu que devia existir. Formou-se por diferenciação gradual dentro do mundo político cristão do noroeste peninsular, num espaço em que o poder era simultaneamente dinástico, senhorial, militar e religioso.

No final do século XI, a Península Ibérica estava longe de ser um tabuleiro com países claramente delimitados. Ao norte coexistiam reinos cristãos cujas fronteiras e alianças mudavam com casamentos, heranças e guerras. Ao sul permaneciam territórios muçulmanos politicamente diversos. Entre ambos estendia-se uma fronteira larga, instável, onde a autoridade não terminava numa linha desenhada num mapa. A fronteira era uma zona: castelos, rios, caminhos, terras cultivadas, áreas despovoadas, comunidades submetidas ou transferidas de um poder para outro.

É neste contexto que o Condado Portucalense ganha relevância. D. Henrique de Borgonha recebe de Afonso VI de Leão e Castela o governo de um território que incluía o núcleo portucalense e conimbricense. O casamento com D. Teresa, filha de Afonso VI, integra o casal nas redes dinásticas que atravessavam a Europa cristã. O projeto político de autonomia não aparece subitamente com o filho Afonso Henriques; já

existiam tendências de afirmação própria durante os governos de Henrique e Teresa.

A morte de D. Henrique, em 1112, deixa Teresa num mundo em que governar significava negociar permanentemente com nobres locais, bispos, parentes e poderes vizinhos. A sua política, frequentemente descrita por narrativas posteriores como um simples desvio “galego”, foi na realidade uma tentativa de sobreviver e afirmar autoridade num sistema onde os grandes senhores podiam fazer e desfazer equilíbrios. Afonso Henriques cresce dentro dessa tensão.

A batalha de São Mamede, em 1128, tornou-se o grande episódio fundador. O jovem Afonso derrota a facção associada à mãe e assume a direção política do condado. A imagem épica de um filho que “liberta Portugal” é poderosa, mas esconde a realidade: tratava-se de uma luta entre redes aristocráticas e projetos de poder dentro de um território ainda dependente, pelo menos formalmente, da estrutura leonesa.

A partir daí, Afonso Henriques desenvolve uma política de autonomia e expansão. Combate em duas direções: procura libertar-se da tutela política de Leão e Castela e, simultaneamente, alarga o território para sul à custa dos poderes islâmicos. Estas duas frentes são inseparáveis. Para ser rei, Afonso precisava de território, vassalos, recursos e reconhecimento. Para consolidar território, precisava de instituições capazes de o defender e povoar.

É aqui que as ordens militares se tornam importantes.

Os primeiros séculos da monarquia portuguesa coincidem com a expansão europeia das ordens religioso-militares nascidas no contexto das Cruzadas. O Templo, o Hospital e, na Península, Santiago, Avis e outras instituições combinavam vida religiosa, vocação militar e gestão patrimonial. Aos olhos de um governante da fronteira, eram parceiros particularmente úteis. Não eram simples mercenários. Tinham regra, hierarquia, redes de propriedades, capacidade de mobilização e ligação à Igreja. Podiam receber um castelo, defendê-lo, administrar terras, atrair povoamento e manter uma presença estável onde um exército régio permanente ainda não existia.

Por volta de 1127-1128 surgem concessões à Ordem do Templo no espaço portugalense. A cronologia exata de alguns documentos medievais pode ser discutida, mas o essencial é claro: os Templários entram muito cedo na história política do território que se tornará Portugal. A doação de Soure é especialmente simbólica, porque a região de Coimbra era então uma zona militarmente sensível.

A importância dessas doações não deve ser lida com categorias modernas. Quando um rei ou senhora concedia uma terra, não estava a “privatizar” um concelho num sentido contemporâneo. Estava a distribuir obrigações e direitos num sistema de poder fragmentado. A ordem recebia rendas e jurisdição, mas também assumia encargos de defesa, povoamento e manutenção.

A fronteira, por isso, não avançava apenas através de batalhas. Avançava quando um território conquistado

permanecia ocupado no inverno seguinte; quando se reconstruía uma muralha; quando chegavam famílias; quando uma igreja era organizada; quando se cobravam rendas; quando se abria uma estrada; quando um castelo conseguia avisar outro castelo de uma incursão.

Esta é uma das primeiras ideias fundamentais do nosso percurso: **conquistar não era o mesmo que governar.**

A memória nacional privilegia a conquista porque tem datas e heróis. A administração não cabe tão bem numa estátua. Contudo, a permanência de Portugal dependeu tanto da capacidade de ocupar e organizar o espaço como da vitória militar.

O Condado Portucalense tornou-se reino precisamente porque um projeto dinástico conseguiu acumular território, alianças, instituições e reconhecimento. O Tratado de Zamora, em 1143, simboliza uma etapa do reconhecimento político de Afonso Henriques; a bula *Manifestis Probatum*, de 1179, consolidará o reconhecimento pontifício da realeza portuguesa. Entre uma data e outra, porém, a realidade do reino teve de ser construída no terreno.

Nessa construção, os Templários seriam uma peça importante, mas nunca a única. Para percebermos o seu peso sem cairmos em exageros, temos primeiro de compreender o que eram realmente as ordens militares.

Fontes essenciais do capítulo

Arquivo Nacional da Torre do Tombo; RTP Ensina, materiais sobre D. Afonso Henriques e a transformação do Condado em reino; José Mattoso, D. Afonso Henriques; estudos de Paula Pinto Costa sobre a Ordem do Templo em Portugal.

Capítulo 2 — Monges com espada: o que eram os Templários

A expressão “monge guerreiro” parece uma contradição. Na sociedade medieval, porém, contradições que hoje nos desconcertam podiam ser institucionalizadas com notável eficácia. A Ordem do Templo nasceu no início do século XII, no contexto criado pelas Cruzadas e pela instalação de poderes cristãos no Levante. A sua missão inicial estava ligada à proteção de peregrinos e à defesa dos territórios cruzados.

Os membros da Ordem viviam segundo uma regra religiosa e obedeciam a uma hierarquia. Havia cavaleiros, capelães e sargentos, além de trabalhadores e dependentes ligados às propriedades templárias. Os cavaleiros professavam votos e integravam uma comunidade religiosa, mas eram também homens treinados para a guerra. Esta combinação transformou o Templo numa instituição singular e extremamente adaptada às necessidades militares do seu tempo.

A fama militar trouxe doações. Reis, nobres e particulares entregavam terras, direitos ou rendimentos às ordens religiosas como ato de devoção, estratégia familiar, pagamento de serviços ou investimento político. O Templo acumulou património em vários reinos europeus. Essa rede não servia apenas para enriquecer os cavaleiros do Oriente. Propriedades agrícolas, moinhos, casas urbanas e direitos fiscais no Ocidente geravam recursos que podiam financiar a atividade da Ordem.

Com o tempo, os Templários desenvolveram grande competência na administração de bens e na movimentação de valores. Daqui nasceu a caricatura moderna do Templo como “primeiro banco internacional”. Há algum fundamento na comparação, porque a Ordem prestava serviços financeiros, guardava depósitos, transferia fundos e operava através de uma rede transregional. Mas chamar-lhe banco no sentido atual cria uma falsa familiaridade. O sistema financeiro medieval funcionava com instituições, normas e riscos muito diferentes.

Na Península Ibérica, a Ordem encontrou uma realidade distinta da Terra Santa, mas compatível com a sua vocação. A fronteira entre poderes cristãos e muçulmanos fornecia uma nova geografia de guerra religiosa e expansão territorial. As monarquias cristãs precisavam de forças capazes de guarnecer zonas instáveis. Em Portugal, isso era particularmente importante porque a monarquia nascente tinha recursos limitados e fronteiras em movimento.

Os Templários, portanto, não aparecem como uma sociedade misteriosa chegada para conduzir secretamente o destino português. Chegam porque existe uma convergência de interesses. A Ordem precisa de património e de campos onde cumprir a sua missão religiosa e militar. O poder portugalense precisa de aliados disciplinados, ligados a redes eclesiais internacionais e capazes de administrar posições defensivas.

O ponto decisivo é que uma ordem militar trazia consigo mais do que combatentes. Trazia uma forma de organização.

Num reino em formação, essa capacidade tinha enorme valor. Um castelo não era apenas uma fortificação. Era um centro de poder sobre caminhos, terras e populações. Controlar uma travessia fluvial podia significar controlar comércio, comunicações e movimento militar. Um conjunto de fortalezas distribuídas por uma região criava profundidade defensiva. Se cada fortaleza estivesse ligada a uma organização permanente, a defesa deixava de depender exclusivamente da presença ocasional do rei.

É nesse plano que a presença templária entre Mondego e Tejo se torna historicamente relevante. A região de Coimbra constituía durante boa parte do século XII uma charneira entre áreas mais estabilizadas ao norte e territórios ainda sujeitos a incursões e reconquistas ao sul. A entrega de posições a uma ordem militar especializada fazia sentido estratégico.

Os Templários também beneficiavam de uma relação especial com o papado. A Ordem usufruía de privilégios que lhe davam autonomia face a certas autoridades eclesiásticas locais. Essa autonomia gerava eficiência, mas também conflitos. Uma instituição com terras, rendas, tribunais próprios e proteção pontifícia podia tornar-se um aliado poderoso e, ao mesmo tempo, um vizinho incómodo. A história das ordens militares é feita tanto de cooperação como de disputas com bispos, concelhos e senhores.

Isto é importante para desmontar outra ilusão: a ideia de que as ordens funcionavam como um bloco homogéneo, quase uma máquina perfeita. Não funcionavam. Eram compostas por

peessoas. Disputavam recursos. Cometiam erros. Defendiam privilégios. Adaptavam regras. Negociavam. Uma instituição duradoura não é uma instituição sem conflitos; é uma instituição capaz de sobreviver a eles.

A Ordem do Templo também não estava sozinha. Os Hospitalários estavam presentes no reino. Mais tarde, a Ordem de Santiago teria um papel crucial na expansão para sul, e Avis tornar-se-ia profundamente ligada à própria monarquia. Quando olhamos para a Reconquista portuguesa apenas através dos Templários, produzimos uma lenda inversa: corrigimos um esquecimento criando outro.

Ainda assim, há razões para o fascínio específico pelo Templo. A sua implantação precoce, a monumentalidade de Tomar, a figura de Gualdim Pais e a extinção dramática da Ordem criaram uma narrativa quase irresistível. Depois, a continuidade patrimonial na Ordem de Cristo e a presença da cruz vermelha nas velas portuguesas fizeram o resto. Séculos mais tarde, o romantismo, o esoterismo e a cultura popular preencheriam as lacunas com túneis, tesouros, códigos e genealogias secretas.

O historiador tem uma tarefa menos exuberante, mas mais recompensadora: seguir os documentos.

Quando o fazemos, descobrimos que a realidade não precisa de ornamentos. Uma organização criada para defender peregrinos no Mediterrâneo oriental tornou-se, em Portugal, proprietária de castelos e terras numa fronteira atlântica da cristandade. Poucas décadas depois, um homem chamado

Gualdim Pais transformaria essa presença numa paisagem militar que ainda hoje podemos atravessar.

Fontes essenciais do capítulo

Paula Pinto Costa, Templários em Portugal: Homens de Religião e de Guerra; documentação e cartulários da Ordem do Templo; estudos reunidos nos Encontros sobre Ordens Militares; sínteses sobre as ordens religioso-militares medievais.

Capítulo 3 — Afonso Henriques e a aliança da fronteira

D. Afonso Henriques não dispunha de um Estado centralizado como aquele que imaginamos quando pensamos num país moderno. Não tinha um exército nacional permanente, uma administração uniforme nem um orçamento anual discutido num parlamento. Governava através de relações pessoais, fidelidades, concessões, municípios, senhores, bispos e instituições religiosas. O poder era real, mas distribuído.

A sua política territorial exigia velocidade. Lisboa seria conquistada em 1147, com participação de cruzados estrangeiros que se dirigiam para o Oriente. Santarém caíra pouco antes. A linha do Tejo tornava-se a grande fronteira. Mas uma conquista espetacular podia ser perdida se não fosse consolidada. O século XII peninsular conheceu avanços e recuos suficientes para tornar qualquer triunfalismo prematuro.

A presença templária encaixava nesta necessidade. Quando Afonso Henriques doa terras de Tomar à Ordem, em 1159, está a transformar uma área recém-integrada num ponto de apoio permanente. No ano seguinte, Gualdim Pais inicia a construção do castelo. A localização não é casual: o vale do Nabão e os caminhos que o atravessavam permitiam controlar circulação e criar uma zona defensiva articulada com outras posições.

A Ordem também se associa a lugares como Pombal, Almourol e outros castelos. Não devemos imaginar uma “linha

Maginot” medieval, desenhada num gabinete com régua sobre o mapa. Mas podemos falar numa rede de posições com valor estratégico, cuja administração por uma mesma ordem criava coerência e experiência acumulada.

Afonso Henriques beneficiava ainda da dimensão internacional do Templo. A monarquia portuguesa procurava reconhecimento dentro da cristandade latina. Ligar-se a instituições próximas do papado reforçava a integração do novo reino no universo político-religioso europeu. Isso não significa que os Templários tenham “feito” a independência portuguesa. Significa que a monarquia se apoiava em redes que transcendiam a Península.

O rei, porém, sabia equilibrar aliados. Portugal não foi entregue a uma ordem. A Coroa distribuiu terras e responsabilidades por diversas instituições e famílias. Essa pluralidade reduzia dependências e permitia adaptar cada território às circunstâncias. À medida que a expansão avançou para sul, outras ordens ganharam protagonismo.

A relação entre Coroa e Templo era, portanto, de utilidade mútua. O rei concedia património e direitos; a Ordem oferecia serviço militar, presença territorial e capacidade de gestão. Ambas as partes ganhavam legitimidade através de uma ideologia religiosa que enquadrava a guerra contra os poderes muçulmanos como parte de uma luta cristã mais ampla.

Para o leitor moderno, esta dimensão exige cuidado. A Reconquista foi durante séculos narrada como uma epopeia nacional inevitável: cristãos portugueses recuperando uma pátria

que lhes pertencia desde sempre. A realidade medieval é menos linear. As identidades políticas eram diferentes das nacionais modernas; houve populações muçulmanas e cristãs que permaneceram sob novas soberanias; alianças atravessaram fronteiras religiosas; e a violência acompanhou mudanças de poder. Termos como “recuperação” ou “libertação” carregam interpretações posteriores.

Isso não impede que reconheçamos o resultado: a monarquia de Afonso Henriques conseguiu criar uma entidade política duradoura e ampliar decisivamente o seu território. A combinação de guerra, diplomacia e organização institucional foi essencial.

Os Templários participam dessa combinação sobretudo na defesa e estruturação da faixa central. O seu papel torna-se especialmente visível através da arquitetura. Fortalezas são documentos de pedra. Revelam preocupações, técnicas e recursos. Tomar, Almourol, Pombal e Longroiva permitem observar a difusão de soluções defensivas associadas ao período de Gualdim Pais, incluindo o desenvolvimento da torre de menagem como elemento central da fortificação românica portuguesa.

O que uma torre nos diz sobre política?

Diz que o poder precisava de permanecer. Uma hoste podia passar; uma torre ficava. Podia ser vista à distância. Armazenava provisões. Protegia homens e documentos. Servia de último reduto. Materializava autoridade. No século XII, construir em pedra era também uma declaração de futuro.

É por isso que a política de Afonso Henriques não pode ser entendida apenas pelas batalhas. A permanência exigia investimentos cuja utilidade se prolongava durante gerações. Quando a monarquia concede a uma ordem militar o direito e a obrigação de erguer e manter fortalezas, está a terceirizar parte da defesa, mas também a criar infraestrutura estatal antes de existir um Estado no sentido contemporâneo.

Há aqui uma continuidade que se tornará central neste livro. As instituições medievais acumulam património e competências. Mesmo quando muda a sua missão, parte dessa infraestrutura pode ser reutilizada. Séculos depois, a Ordem de Cristo utilizará rendas, comendas e redes administrativas herdadas de uma geografia anterior. Não existe uma transferência mágica de conhecimento secreto; existe algo muito mais histórico: capital institucional.

Afonso Henriques provavelmente não podia imaginar essa consequência. O seu problema era imediato: sobreviver entre Leão e os poderes islâmicos e fazer com que o reino recém-afirmado não desaparecesse com a primeira crise dinástica.

E, nesse problema, os Templários foram aliados relevantes.

O homem que melhor personifica essa aliança é Gualdim Pais.

Fontes essenciais do capítulo

UNESCO, Convento de Cristo em Tomar; Património Cultural, fichas dos castelos de Tomar, Almourol e Longroiva; José Mattoso, D. Afonso Henriques; Paula Pinto Costa, estudos sobre os Templários em Portugal.

Capítulo 4 — Gualdim Pais: o engenheiro de uma fronteira

Gualdim Pais pertence àquele grupo raro de figuras medievais cuja ação continua visível sem precisarmos de ler uma única linha de uma crónica. Basta caminhar por Tomar.

Nasceu provavelmente no início do século XII e combateu na Terra Santa antes de assumir funções de direção na Ordem do Templo em Portugal. A experiência oriental tornou-se parte essencial da sua biografia tradicional. É tentador transformar essa passagem numa espécie de universidade secreta de engenharia militar, onde o cavaleiro teria aprendido todos os mistérios que depois trouxe para Portugal. A hipótese de circulação de técnicas é perfeitamente razoável; a versão romanesca, como quase sempre, exagera o que os documentos permitem afirmar.

O que sabemos é que, sob a sua liderança, a atividade construtiva templária em Portugal foi extraordinária. Em 1160 inicia-se a fortaleza de Tomar. A escolha do sítio, a organização do recinto e as soluções defensivas refletem conhecimento militar avançado para o contexto português. A torre de menagem ganha centralidade. O castelo integra áreas militares e um espaço religioso de planta centralizada, a Charola, cuja forma recorda tradições arquitetónicas associadas aos lugares santos e à cultura templária.

Tomar não era apenas um castelo. Era sede, centro administrativo, espaço religioso, núcleo de povoamento e afirmação territorial. A vila cresceu em relação com a Ordem. Gualdim Pais concede foral em 1162, ligando defesa à organização da comunidade. Este ponto é crucial: a fronteira tornava-se sustentável quando os habitantes tinham direitos, deveres e incentivos para permanecer.

A ação templária estendeu-se a outras fortalezas. Almourol, erguido numa ilha do Tejo, é talvez o castelo mais teatral de Portugal. A sua posição parece concebida para capas de livros, mas tinha função concreta no controlo do rio e da região. As obras associadas ao período de Gualdim Pais mostram uma arquitetura militar em transformação. Em Longroiva, a torre de menagem datada de 1174 insere-se na mesma vaga construtiva. Pombal reforçava outra posição estratégica.

Os estudos de património sublinham que os Templários contribuíram para a introdução ou consolidação de soluções arquitetónicas militares inovadoras em Portugal. Isso não significa que inventassem tudo o que construíam. A Idade Média foi um mundo de circulação de modelos. Cruzados, peregrinos, mercadores, religiosos e guerreiros atravessavam regiões. Técnicas eram observadas, adaptadas e recombinaadas.

A figura de Gualdim Pais permite-nos perceber algo que a história política convencional frequentemente perde: **conhecimento técnico também é poder.**

Um reino pode ganhar uma batalha por coragem e perdê-la depois por incompetência logística. A construção de uma

fortaleza exige pedreiros, transporte, cálculo, madeira, ferro, abastecimento, organização laboral e dinheiro. Mantê-la exige ainda mais. A Ordem, enquanto instituição permanente, podia acumular experiência entre projetos.

A fronteira entre Mondego e Tejo era especialmente adequada a essa lógica. A presença templária ajudava a proteger Coimbra e a sustentar a projeção portuguesa para sul. Quando Lisboa é integrada no reino, o Tejo torna-se um eixo fundamental. Tomar, embora interior, participa desse sistema regional.

As fortalezas também funcionavam como arquivos de autoridade. Guardavam cartas de doação, forais, registos de propriedade. A administração de uma comenda implicava cobrança, arrendamento, justiça, relações com comunidades rurais e negociação com outros poderes. Aquilo a que hoje chamaríamos “back office” da Reconquista era tão importante como o combate, apenas menos fotogénico. A humanidade mantém há séculos esta preferência por ignorar quem faz funcionar os sistemas até ao momento em que deixam de funcionar.

Gualdim Pais morre em 1195. A Ordem continua. É precisamente essa distinção entre indivíduo e instituição que importa. Os heróis morrem; as organizações sobrevivem se conseguirem transmitir regras, propriedade e memória.

Tomar torna-se assim um depósito de continuidade. Quando os Templários forem extintos mais de um século depois, o castelo, as terras e os direitos não desaparecerão no ar.

Permanecerão como recursos disputados. A existência desse património explicará em parte a energia diplomática de D. Dinis para evitar que a herança templária portuguesa fosse absorvida por outra ordem ou retirada do controlo político do reino.

Ao longo dos séculos, a imagem de Gualdim Pais seria envolvida em lenda. Isso é compreensível. O castelo tem tudo o que a imaginação pede: muralhas, rotundas, inscrições, túneis, cruzes, um mestre vindo do Oriente. Mas o legado mais profundo de Gualdim não exige qualquer câmara secreta. Está à vista.

Ele ajudou a transformar uma organização internacional numa potência territorial portuguesa. Criou infraestrutura. Ligou fé, guerra, arquitetura e povoamento. Deixou um centro que sobreviveria à própria Ordem do Templo e seria reutilizado pela Ordem de Cristo.

É difícil encontrar símbolo melhor para a tese deste livro: as instituições mudam de nome, de função e de enquadramento, mas os lugares acumulam história.

Fontes essenciais do capítulo

UNESCO, Convento de Cristo; Património Cultural, Castelo de Tomar e fortalezas associadas à Ordem do Templo; Câmara Municipal de Tomar; estudos de Mário Barroca sobre arquitetura militar medieval; Paula Pinto Costa.

Capítulo 5 — O Sul não foi conquistado por uma só cruz

Qualquer tentativa de devolver aos Templários o lugar que merecem na história portuguesa corre um risco evidente: exagerar no sentido contrário e transformá-los nos autores exclusivos da Reconquista. Seria uma correção tão elegante quanto substituir uma lente desfocada por outra.

A expansão portuguesa para sul foi obra de múltiplos agentes. A Coroa forneceu direção política e capacidade de mobilização. Nobres procuravam terras, estatuto e rendimento. Concelhos contribuía com homens e recursos. Cruzados estrangeiros participaram em momentos decisivos. Bispos e instituições eclesiásticas legitimavam e organizavam. E várias ordens militares assumiram territórios e funções específicas.

Os Templários tiveram especial importância na faixa central, mas a Ordem de Santiago desempenharia um papel enorme no Alentejo e no Algarve. A Ordem de Avis, inicialmente ligada à tradição de Calatrava, consolidou outra presença fundamental. Os Hospitalários possuíam igualmente património e responsabilidades. A geografia das ordens era uma espécie de mosaico de senhorios militares e religiosos que se articulavam, cooperavam e competiam.

Quando a conquista avança para além do Tejo, o papel de Santiago torna-se particularmente visível. Palmela e outros centros testemunham essa implantação. A integração do

Algarve, concluída no reinado de D. Afonso III em meados do século XIII, deve ser lida neste quadro plural.

A data de 1249 é convencionalmente utilizada para assinalar o fim da Reconquista portuguesa, com a tomada de Faro e a integração dos principais territórios algarvios sob domínio português. A delimitação política com Castela continuaria a exigir negociação, culminando no Tratado de Alcanizes de 1297, que estabilizou grande parte da fronteira terrestre portuguesa.

Esta sequência é central para entendermos o futuro das ordens militares. Instituições criadas e enriquecidas para uma guerra de fronteira passam, em poucas gerações, a existir num reino cuja fronteira com poderes islâmicos já não atravessa o território continental. A missão original perde urgência. Surge então um problema clássico das organizações: o que fazer quando a necessidade que justificou a sua existência desaparece?

Algumas instituições definham. Outras reinventam-se.

As ordens militares portuguesas conservaram enormes patrimónios e influência. As comendas continuavam a produzir rendas. As suas chefias continuavam politicamente valiosas. A monarquia começou progressivamente a aproximar o controlo dessas ordens da Coroa. O processo prolongar-se-ia por séculos e seria fundamental na construção do Estado português moderno.

A própria crise de 1383-1385 mostrará o peso político das ordens. O Mestre de Avis, D. João, tornar-se-á rei e fundador de uma nova dinastia. A palavra “mestre”, que nos manuais escolares aparece quase como um apelido, é na realidade a chave de uma instituição militar-religiosa. Mais uma vez, a história nacional está cheia de ordens militares mesmo quando não as vemos.

A conclusão da Reconquista portuguesa também altera o horizonte estratégico. Sem expansão territorial possível para leste, bloqueada por Castela, e com o sul peninsular já integrado, a monarquia portuguesa fica voltada para uma longa fachada atlântica. Não existe ainda um “plano dos Descobrimentos”, mas a geografia começa a pesar.

No início do século XIV, quando a Ordem do Templo é suprimida, Portugal já possui fronteiras continentais relativamente estáveis. O argumento para preservar o património templário não pode depender para sempre da mesma guerra. D. Dinis e os seus sucessores precisarão de enquadrar esse capital num novo sistema.

Antes de chegarmos aí, porém, importa olhar para a Ordem do Templo em vésperas da queda. Durante quase dois séculos, os Templários tinham acumulado prestígio, riqueza e autonomia em toda a Europa. Tinham também acumulado inimigos.

A sua destruição não começou nas muralhas de Tomar. Começou na política financeira e religiosa da França de Filipe IV.

Fontes essenciais do capítulo

RTP Ensina, sínteses sobre a Reconquista e a formação territorial de Portugal; estudos do Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago; Isabel Cristina Ferreira Fernandes (coord.), obras sobre ordens militares; Paula Pinto Costa; documentação régia e eclesiástica medieval.

Parte II — Da queda do Templo ao nascimento da Ordem de Cristo

Capítulo 6 — Poder, riqueza e vulnerabilidade

No início do século XIV, a Ordem do Templo parecia demasiado poderosa para desaparecer. Esse é precisamente um dos motivos por que desapareceu tão depressa.

A perda dos últimos grandes territórios cruzados no Oriente alterara profundamente o contexto que justificava a existência das ordens militares. Acre caiu em 1291. O Templo perdeu o principal teatro onde a sua missão original fazia sentido. A Ordem continuava rica, organizada e internacional, mas a pergunta sobre o seu futuro deixara de ser teórica.

Em vários reinos europeus, os Templários possuíam terras, casas, direitos e privilégios. Essa riqueza era frequentemente mal compreendida pelos contemporâneos e é ainda mais mal compreendida pela cultura popular. Uma ordem religiosa podia ser muito rica como instituição e, simultaneamente, impor regras de pobreza aos seus membros. A propriedade pertencia ao corpo coletivo, não ao cavaleiro individual.

A rede templária também lhe dava competências financeiras. Reis e nobres recorriam à segurança dos seus estabelecimentos e à capacidade de transferir valores. A monarquia francesa tinha relações financeiras com o Templo. Filipe IV, porém, enfrentava problemas fiscais graves, guerras dispendiosas e uma luta pela centralização do poder real.

O conflito entre Filipe IV e o papado já demonstrara a agressividade política do rei. O confronto com Bonifácio VIII terminara de forma dramática. Quando Clemente V foi eleito papa, em 1305, a influência francesa sobre a cúria aumentou. Poucos anos depois, a sede pontifícia seria instalada em Avinhão.

É neste ambiente que começam a circular e a ser exploradas acusações contra os Templários: heresia, ritos secretos, idolatria, práticas sexuais proibidas, negação de Cristo. Algumas denúncias provinham de antigos membros ou indivíduos com credibilidade duvidosa. Noutras circunstâncias, poderiam ter sido investigadas sem destruir a Ordem inteira. Sob Filipe IV, tornaram-se uma arma de Estado.

Na madrugada de 13 de outubro de 1307, os Templários em França foram presos numa operação coordenada. A eficiência administrativa do golpe impressiona ainda hoje. Ordens seladas tinham sido enviadas com antecedência e abertas quase simultaneamente. Entre os detidos encontrava-se Jacques de Molay, grão-mestre da Ordem.

A data daria séculos depois combustível ao mito da sexta-feira 13. A associação supersticiosa moderna entre a data e o azar não pode ser reduzida de forma segura ao episódio templário, mas o imaginário popular não desperdiça coincidências quando pode construir uma boa maldição.

O processo judicial que se seguiu foi marcado por tortura e confissões obtidas sob pressão. Muitos Templários admitiram práticas que depois negaram. Alguns morreram durante

interrogatórios. A utilização da Inquisição e de estruturas judiciais religiosas deu ao processo uma aparência de legalidade que não elimina a coerção política.

Clemente V hesitou. O papado não era simplesmente um departamento de Filipe IV, embora a pressão francesa fosse enorme. O Papa tentou recuperar controlo sobre o processo, ordenar investigações em diferentes reinos e distinguir a culpa de indivíduos da culpa da instituição. A questão arrastou-se até ao Concílio de Vienne.

Em 1312, a Ordem do Templo foi suprimida. Este ponto exige uma precisão frequentemente perdida nas narrativas populares: a Ordem não foi condenada de forma simples e universal como culpada de todas as acusações. A supressão foi decidida por via administrativa e pontifícia num contexto em que a reputação da instituição estava destruída e a pressão política era extrema.

Os bens templários deveriam, em princípio, ser transferidos para a Ordem do Hospital, com exceções e soluções específicas nos reinos ibéricos. A questão patrimonial era enorme. Por detrás dos julgamentos de fé encontrava-se uma realidade material: castelos, terras, rendas, casas e direitos acumulados durante dois séculos.

Em 1314, Jacques de Molay e Geoffroi de Charnay foram queimados em Paris após retratarem confissões e serem considerados relapsos. A morte do grão-mestre tornou-se o último ato perfeito para uma tragédia. Pouco depois morreram

Clemente V e Filipe IV, coincidência que alimentou a lenda de uma maldição templária.

Não precisamos da maldição para compreender a violência da história. A queda do Templo mostra como uma organização internacional pode tornar-se vulnerável quando perde a missão que legitimava os seus privilégios e quando enfrenta um monarca disposto a mobilizar instrumentos fiscais, judiciais e religiosos contra ela.

Mas o processo não foi igual em toda a Europa. Em Portugal, a Coroa não tinha interesse em destruir a infraestrutura templária. Pelo contrário. As fortalezas e propriedades da Ordem faziam parte da organização territorial do reino. Entregá-las automaticamente a uma potência religiosa externa significaria alterar equilíbrios construídos durante gerações.

A questão que se colocava a D. Dinis era, portanto, pragmática: como obedecer à nova ordem jurídica da cristandade sem permitir que um património estratégico deixasse de servir a monarquia portuguesa?

A resposta seria uma obra-prima de adaptação institucional.

Fontes essenciais do capítulo

Documentação do processo templário; sínteses da Encyclopaedia Britannica sobre Filipe IV, Clemente V e a supressão do Templo; Paula Pinto Costa; estudos internacionais sobre o Concílio de Vienne e os processos de 1307-1312.

Capítulo 7 — O julgamento dos Templários: história e mito

Poucos acontecimentos medievais sofreram tanta transformação imaginativa como a queda dos Templários. A mistura é irresistível: uma ordem militar secreta aos olhos de estranhos, riqueza, rituais religiosos, um rei endividado, tortura, heresia, fogueiras e um grão-mestre executado. A posteridade acrescentou o Santo Graal, tesouros desaparecidos, linhagens ocultas, maçonaria, América pré-colombiana e praticamente tudo o que coubesse numa prateleira esotérica.

Separar história de mito não significa ridicularizar a curiosidade. Significa perguntar que tipo de evidência sustenta cada afirmação.

O primeiro facto sólido é o carácter político do processo francês. Filipe IV tinha fortes razões para controlar a Ordem e os seus bens. Isso não prova automaticamente que todas as acusações fossem inventadas. Instituições religiosas podiam desenvolver rituais internos problemáticos, abusos ou comportamentos contrários às suas regras. O problema é que o método utilizado para produzir confissões destrói a sua fiabilidade.

A tortura não é uma máquina de verdade. É uma máquina de produzir aquilo que o interrogador está disposto a aceitar como resposta. Quando os acusados sabem quais são as confissões

esperadas, a coerção aumenta brutalmente a probabilidade de as obter.

O segundo facto é que as investigações variaram entre reinos. Fora de França, onde a pressão direta de Filipe IV era menor, os resultados foram frequentemente menos devastadores. Isso reforça a necessidade de interpretar o processo como fenómeno político e jurídico, não como simples descoberta de uma heresia universal.

O terceiro facto é que o papado suprimiu a Ordem sem conseguir estabelecer uma condenação judicial simples da instituição como um todo. A decisão de Clemente V respondeu ao escândalo, à impossibilidade política de restaurar o Templo e ao conflito com a monarquia francesa.

É neste espaço de ambiguidade que nasce o mito.

Quando a documentação é complexa, a imaginação prefere uma explicação total. Se os Templários eram inocentes, então devem ter sido perseguidos porque guardavam um segredo. Se tinham um segredo, esse segredo precisava de ser suficientemente poderoso para assustar reis e papas. Daí até ao Graal, à descendência de Cristo ou a conhecimentos antigos perdidos vai uma distância curta na literatura e enorme na historiografia.

Portugal tornou-se um terreno particularmente fértil para essas teorias porque a Ordem de Cristo herdou bens templários. A continuidade material foi transformada em continuidade clandestina. A cruz templária foi aproximada da Cruz de Cristo.

Tomar forneceu a arquitetura misteriosa. E a expansão marítima portuguesa ofereceu um resultado extraordinário que parecia exigir uma causa extraordinária.

Surge então a narrativa segundo a qual os Templários teriam trazido mapas secretos do Oriente, preservado conhecimentos náuticos proibidos e usado Portugal como abrigo para preparar a descoberta do mundo.

O problema é que essa hipótese é desnecessária e carece de documentação robusta.

A navegação portuguesa do século XV pode ser explicada através de processos conhecidos: experiência marítima atlântica e mediterrânea, desenvolvimento incremental de embarcações, cartografia, astronomia prática, conhecimento de ventos e correntes, pilotos, mercadores, pescadores, comunidades costeiras, investimento régio e privado, técnicas importadas e adaptadas, contactos com Maiorca, Génova e outros centros. Não há uma lacuna histórica que exija um arquivo secreto templário para ser preenchida.

Isto não diminui a continuidade entre Templo e Ordem de Cristo. Apenas a coloca no lugar certo. O que passou de uma instituição para outra foi sobretudo património, geografia senhorial, parte de uma tradição institucional e, ao longo do tempo, capital político. Pessoas concretas também podiam circular entre instituições, embora não exista base para imaginar uma transferência total e secreta do corpo templário.

O primeiro mestre da Ordem de Cristo, Gil Martins, vinha da Ordem de Avis. Este dado, por si só, deveria moderar a ideia de que D. Dinis simplesmente mudou o nome aos Templários e continuou tudo na mesma manhã seguinte.

Ao mesmo tempo, seria igualmente errado negar toda a continuidade. A nova Ordem recebeu bens da antiga. Tomar voltaria a ocupar lugar central. A memória templária permaneceu na paisagem. Instituições não precisam de ser juridicamente idênticas para transmitirem recursos e práticas.

A distinção entre continuidade e identidade é essencial.

Imagine-se uma empresa moderna cuja estrutura jurídica é extinta, mas cujos edifícios, ativos, parte das equipas e funções são integrados noutra organização criada com novo estatuto. Não diríamos que é literalmente a mesma empresa. Também não diríamos que não existe qualquer continuidade. A Idade Média era diferente, mas a analogia ajuda.

A história portuguesa torna-se mais interessante quando rejeitamos os extremos. Os Templários não foram apagados sem deixar rasto. Também não governaram secretamente Portugal durante séculos. Entre essas duas caricaturas encontra-se uma realidade muito mais rica: a capacidade da monarquia de absorver e redirecionar instituições.

Essa capacidade aparece com clareza em D. Dinis.

Fontes essenciais do capítulo

Paula Pinto Costa; Malcolm Barber, estudos sobre o julgamento templário; documentação pontifícia sobre o Concílio de Vienne; Arquivo Nacional da Torre do Tombo; historiografia das ordens militares.

Capítulo 8 — D. Dinis e a arte de não desperdiçar uma crise

D. Dinis ocupa na memória popular portuguesa um lugar curioso. É o rei agricultor, o rei poeta, o monarca do pinhal de Leiria, figura quase serena de um Portugal que planta árvores enquanto espera pacientemente que, dois séculos depois, alguém faça caravelas com elas. A imagem é simpática, mas reduz um governante politicamente sofisticado a personagem de livro infantil.

O reinado de D. Dinis foi decisivo para a consolidação institucional da monarquia. O Tratado de Alcanizes, em 1297, estabilizou a fronteira com Castela. A administração régia ganhou consistência. A língua portuguesa reforçou a sua presença documental. O Estudo Geral, antecessor da Universidade portuguesa, foi criado. A Coroa procurou afirmar autoridade sobre senhores e instituições eclesiásticas.

Quando explode a crise templária, D. Dinis percebe que o problema é também patrimonial.

As propriedades do Templo em Portugal não eram um detalhe. Incluía castelos, senhorios, rendas e direitos acumulados desde o início da monarquia. A transferência automática desses bens para a Ordem do Hospital, determinada para grande parte da cristandade, criaria uma concentração patrimonial numa instituição que já possuía interesses próprios no reino.

Além disso, as monarquias ibéricas tinham um argumento específico: as doações às ordens militares haviam sido feitas em grande medida para sustentar a luta e defesa na Península. A sua função local justificava uma solução local.

D. Dinis coordenou posições com outros reinos peninsulares e negociou com a Santa Sé. Este processo demorou anos. É aqui que a palavra “nacionalização”, usada muitas vezes em linguagem popular, precisa de tradução histórica. O rei não confiscou simplesmente os Templários e desafiou o Papa com um decreto soberano moderno. A autoridade pontifícia sobre uma ordem religiosa era uma realidade que não podia ser ignorada sem custos políticos e espirituais.

A estratégia foi outra: **obter autorização papal para criar uma nova ordem em Portugal e atribuir-lhe a herança templária.**

Em 14 de março de 1319, o papa João XXII promulgou a bula *Ad ea ex quibus*, instituindo a Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo. A sede inicial foi estabelecida em Castro Marim, no Algarve. A localização fazia sentido: a nova ordem conservava uma missão militar ligada à defesa da cristandade, agora projetada para a fronteira meridional e marítima.

D. Dinis mandou executar as determinações pontifícias e entregou à nova Ordem os bens que haviam pertencido ao Templo em Portugal. O resultado era extraordinariamente favorável à monarquia: em vez de perder uma infraestrutura histórica, o reino preservava-a dentro de uma nova instituição adaptada ao contexto português.

A habilidade está no equilíbrio.

D. Dinis não precisava de provar que os Templários eram inocentes. Não precisava de ressuscitar juridicamente uma ordem extinta. Não precisava de romper com Roma. Precisava de garantir que o capital territorial acumulado continuava funcional no reino. Conseguiu-o através do direito canónico e da diplomacia.

A nova Ordem não era propriedade privada do rei. Continuava a ser uma instituição religiosa com regra e enquadramento eclesiástico. Mas a sua implantação exclusivamente portuguesa e a relação estreita com a Coroa davam-lhe um carácter muito diferente do Templo internacional.

Esta é uma das grandes transformações silenciosas da história portuguesa: **uma infraestrutura transnacional é convertida numa instituição de âmbito nacional sem ruptura revolucionária.**

A palavra “nacional” deve, novamente, ser usada com cautela. O conceito de Estado-nação moderno não se aplica ao século XIV. Contudo, em termos políticos, a Ordem de Cristo estava enraizada no reino português e seria progressivamente integrada nos interesses dinásticos da monarquia.

A decisão também preservou memória material. Castelos, propriedades e direitos que poderiam ter sido dispersos continuaram ligados a uma tradição de ordem militar. Em meados do século XIV, Tomar voltou a tornar-se centro da instituição. As fontes divergem na forma de datar o processo: a

UNESCO assinala 1344 na transferência do complexo para a Ordem de Cristo, enquanto documentação portuguesa aponta para a consolidação administrativa da sede em Tomar em 1357. A discrepância não altera o essencial: o antigo coração templário foi recuperado pela nova Ordem.

Se D. Dinis tivesse falhado, a história posterior não seria necessariamente impossível, mas seria diferente. A Ordem de Cristo talvez não tivesse acumulado os mesmos recursos e prestígio. O Infante D. Henrique não teria assumido, um século depois, a administração da mesma estrutura patrimonial. A ligação simbólica entre Tomar e o Atlântico seria mais fraca.

Não devemos transformar esta contingência numa profecia. D. Dinis não criou a Ordem de Cristo para descobrir a Índia. Criou-a para resolver um problema do seu tempo. É precisamente isso que torna a sequência fascinante. Boas instituições podem sobreviver aos objetivos originais e servir projetos que os fundadores nunca imaginaram.

A história não é feita apenas de planos cumpridos. É feita de recursos herdados e reutilizados.

Fontes essenciais do capítulo

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, exposição e documentação sobre a instituição da Ordem de Cristo; bula Ad ea ex quibus de João XXII; estudos sobre D. Dinis e as ordens militares; UNESCO, Convento de Cristo.

Capítulo 9 — 1319: continuidade sem fantasia

A fundação da Ordem de Cristo é frequentemente descrita em duas versões igualmente insatisfatórias.

Na primeira, a Ordem de Cristo é apresentada como uma instituição completamente nova, desligada do Templo. O problema é óbvio: recebeu parte decisiva dos bens templários portugueses e ocupou a mesma geografia de poder.

Na segunda, mais popular em ambientes esotéricos, a Ordem de Cristo seria simplesmente a Ordem dos Templários com outro nome, criada por D. Dinis para esconder os cavaleiros do Papa. O problema é igualmente óbvio: a nova Ordem foi criada pelo próprio Papa, tinha estatuto canónico próprio e uma estrutura que não corresponde a uma sobrevivência clandestina do Templo.

A verdade histórica está entre as duas caricaturas.

A Ordem de Cristo é juridicamente nova e patrimonialmente herdeira.

Essa combinação explica grande parte da sua singularidade. A Ordem começa em Castro Marim e é colocada sob uma regra religiosa adequada. O primeiro mestre, Gil Martins, tinha experiência na Ordem de Avis. Esta escolha mostra preocupação com continuidade funcional, mas não com reprodução literal da antiga hierarquia templária.

Os bens recebidos, porém, davam-lhe uma base material invejável. Terras e comendas geravam rendimento. Castelos tinham valor estratégico e simbólico. Igrejas, direitos e relações de dependência inseriam a Ordem numa teia social complexa. Uma instituição com essa base não começava do zero.

A palavra “comenda” merece explicação. Tratava-se de uma unidade patrimonial e administrativa cujos rendimentos sustentavam membros e funções da Ordem. O comendador administrava recursos e direitos associados a determinado território ou conjunto de bens. Com o tempo, as comendas tornar-se-iam também instrumentos de recompensa política, aproximando as ordens da lógica cortesã e dinástica.

Aqui encontramos outra ponte para a modernidade portuguesa. À medida que as ordens militares perdem a função de combate permanente, o seu património transforma-se numa reserva de rendimentos e honras. A Coroa percebe o valor desse sistema. Administrar quem recebe uma comenda significa administrar fidelidades.

A Ordem de Cristo não é exceção. A sua história entre o século XIV e o XVI é também a história da crescente apropriação régia das ordens militares. Em 1551, já no reinado de D. João III, os mestrados das ordens militares portuguesas seriam incorporados perpetuamente na Coroa por autorização pontifícia. O processo iniciado muito antes chegava assim a uma conclusão: instituições que tinham surgido como corpos religioso-militares relativamente autónomos tornavam-se componentes do sistema monárquico.

Mas, antes disso, a Ordem de Cristo atravessa uma fase decisiva de adaptação.

O retorno a Tomar reconecta a nova Ordem ao principal centro templário português. A fortaleza e a Charola tornam-se núcleo de um complexo que será ampliado durante séculos. O Convento de Cristo transforma-se numa espécie de palimpsesto: arquitetura templária, gótica, manuelina, renascentista. Cada geração escreve por cima da anterior sem apagar totalmente o que existia.

A própria arquitetura ajuda a compreender a diferença entre continuidade e identidade. A Charola permanece. O conjunto cresce. Novos claustros surgem. A janela manuelina insere símbolos de um mundo marítimo num edifício cuja origem está na Reconquista do século XII. O monumento é o mesmo lugar, mas não a mesma coisa.

Também a missão da Ordem muda. Depois de concluída a Reconquista peninsular portuguesa, a expansão da cristandade pode ser projetada para fora do território continental. A tomada de Ceuta em 1415 oferece um novo cenário. O Norte de África torna-se espaço de guerra, comércio, prestígio dinástico e ideologia cruzadística. O Atlântico, simultaneamente, abre uma fronteira de exploração e colonização.

É neste novo mundo que a Ordem de Cristo encontrará função.

Convém rejeitar novamente o determinismo. Nada prova que, em 1319, alguém previsse uma futura carreira oceânica. A

instituição foi criada para resolver a herança templária e manter uma ordem militar útil ao reino. O que aconteceu depois foi adaptação às circunstâncias.

Esse processo é talvez mais admirável do que qualquer plano secreto. Um plano de dois séculos exigiria uma capacidade de previsão absurda. Uma instituição que consegue reinventar a sua utilidade ao longo de dois séculos demonstra algo historicamente mais plausível e politicamente mais interessante: plasticidade.

Portugal, pequeno em população e recursos quando comparado com grandes monarquias europeias, dependerá repetidamente dessa plasticidade. A sobrevivência política entre Castela e o Atlântico obrigará a monarquia a usar intensamente redes, concessões, alianças e instituições. A Ordem de Cristo tornar-se-á um desses instrumentos.

A cruz que antes marcava uma ordem de fronteira terrestre começará, lentamente, a aproximar-se do mar.

Fontes essenciais do capítulo

Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Isabel Luísa Morgado de Sousa e Silva, A Ordem de Cristo (1417-1521); estudos sobre comendas e ordens militares; UNESCO, Convento de Cristo.

Capítulo 10 — Tomar: um arquivo de pedra

Há lugares onde a história pode ser estudada através de documentos. Tomar permite estudá-la também através de camadas arquitetónicas.

O Castelo e o Convento de Cristo dominam a cidade a partir da colina. A imagem atual é resultado de séculos de construção. O visitante que entra no complexo percorre, sem perceber imediatamente, uma cronologia física da transformação portuguesa.

O núcleo templário remete para o século XII. A fortaleza foi concebida num contexto de Reconquista. A Charola, de planta central, constitui o coração religioso do conjunto. A forma circular e octogonal do espaço interior cria uma experiência litúrgica distinta da igreja longitudinal habitual. Mais tarde, esse núcleo será incorporado numa igreja ampliada.

Com a Ordem de Cristo, o espaço muda de função sem perder memória. Tomar torna-se centro administrativo e espiritual da instituição. O Infante D. Henrique, no século XV, promove obras. No período manuelino, o complexo recebe algumas das expressões mais exuberantes da arte portuguesa. Elementos marítimos, cordas, esferas, símbolos régios e cristológicos cobrem pedra que antes servira uma ordem de cavalaria da fronteira.

A célebre Janela do Capítulo tornou-se quase uma síntese visual do império português. A interpretação de cada motivo tem gerado debates, mas a impressão geral é inequívoca: estamos perante uma linguagem artística que associa monarquia, Ordem de Cristo, natureza, mar e expansão.

A UNESCO reconheceu precisamente essa qualidade histórica do conjunto. A sua formulação é reveladora: um monumento inicialmente associado à Reconquista veio, no período manuelino, simbolizar a abertura de Portugal a outras civilizações.

Nenhuma frase poderia resumir melhor o percurso institucional que seguimos.

Tomar mostra também que a transição entre Templo e Cristo não apagou a identidade do lugar. As novas construções usaram as antigas. A memória foi apropriada. Isso não é exclusivo de Portugal. Poderes políticos e religiosos reutilizam monumentos porque a arquitetura confere legitimidade. Instalar-se num lugar prestigiado é herdar parte do seu passado.

Para a monarquia portuguesa, a Ordem de Cristo oferecia essa profundidade histórica. Não era uma criação cortesã recente. Mesmo sendo juridicamente fundada em 1319, possuía uma genealogia patrimonial que remontava aos primeiros tempos do reino.

Tomar também nos lembra que as ordens eram agentes económicos. Manter um complexo desta dimensão exigia receitas. As comendas e propriedades espalhadas pelo reino

alimentavam a instituição. Mais tarde, quando a Ordem se liga à expansão atlântica, esses recursos entram num sistema mais amplo de financiamento, padroado religioso e recompensa.

O Convento não deve, porém, ser transformado num “quartel-general secreto dos Descobrimentos”. Não há evidência de que todos os planos náuticos portugueses fossem elaborados nas suas salas ou de que a Charola escondesse uma academia de cartógrafos. O fascínio por salas secretas diz mais sobre nós do que sobre os monges-cavaleiros.

O verdadeiro segredo de Tomar está à vista: **continuidade material.**

Uma organização pode desaparecer, mas os edifícios permanecem. Os edifícios atraem novas instituições. Essas instituições herdam rendas. As rendas sustentam pessoas. As pessoas constroem novas funções. Ao longo de séculos, o passado torna-se infraestrutura do futuro.

É por isso que uma visita a Tomar pode ser mais instrutiva do que dezenas de páginas de narrativa linear. Na mesma parede convivem momentos que os manuais separam por capítulos. A Reconquista não está numa sala e os Descobrimentos noutra. Estão sobrepostos.

Esta sobreposição ajuda-nos a compreender uma mudança fundamental do século XV. Depois de 1385, Portugal entra numa nova fase dinástica. A Casa de Avis nasce de uma crise de independência e afirma uma elite profundamente ligada às ordens militares. Em 1415, a conquista de Ceuta abre um novo

ciclo de expansão. Poucos anos depois, o Infante D. Henrique passa a administrar a Ordem de Cristo.

O antigo capital institucional do Templo encontra, finalmente, uma nova fronteira.

Desta vez, não se trata do Tejo.

É o Atlântico.

Fontes essenciais do capítulo

UNESCO, Convento de Cristo; Património Cultural; Museu e Monumentos de Portugal; Arquivo Nacional da Torre do Tombo; estudos de história da arte manuelina e da Ordem de Cristo.

Parte III — Da fronteira terrestre à fronteira oceânica

Capítulo 11 — Avis, 1383-1385 e a monarquia que olha para fora

A crise de 1383-1385 costuma ser apresentada como um drama nacional de independência: morre D. Fernando sem herdeiro masculino, D. Beatriz está casada com Juan I de Castela, Lisboa revolta-se, surge o Mestre de Avis, Nuno Álvares Pereira vence batalhas e Aljubarrota salva Portugal. O resumo não é falso. Apenas é demasiado limpo.

A crise foi simultaneamente dinástica, social, económica e internacional. Diferentes grupos apoiaram soluções diferentes. Havia nobres favoráveis a Castela, setores urbanos que recebiam a perda de autonomia política, interesses mercantis e rivalidades dentro da própria aristocracia. A guerra que se seguiu não foi um confronto simples entre dois blocos nacionais perfeitamente conscientes de si mesmos.

Ainda assim, o resultado foi decisivo. D. João, Mestre da Ordem de Avis, tornou-se D. João I. A nova dinastia nasceu de uma ordem militar. O facto é tão familiar que quase deixa de parecer extraordinário. Um cargo religioso-militar converteu-se na plataforma de acesso ao trono.

A vitória consolidou a independência portuguesa e aproximou a monarquia da Inglaterra através do Tratado de Windsor e do casamento de D. João I com Filipa de Lencastre. A nova corte produziria a geração dos infantes Duarte, Pedro,

Henrique, João e Fernando, mais tarde celebrada como Ínclita Geração.

A Casa de Avis herdou um reino continental relativamente estabilizado. As fronteiras com Castela estavam definidas. A aristocracia precisava de novas oportunidades de serviço e recompensa. A monarquia procurava prestígio e segurança. As cidades costeiras e grupos mercantis tinham experiência atlântica e mediterrânea. O Norte de África oferecia objetivos militares, religiosos e comerciais.

A conquista de Ceuta, em 1415, deve ser vista nesse cruzamento. Não foi simplesmente o primeiro passo de um plano secular para chegar à Índia. Houve motivações de cruzada, desejo de prestígio cavaleiresco, interesse comercial, cálculo estratégico e necessidade de dar ocupação a uma nobreza guerreira. O resultado económico inicial ficou aquém das expectativas, porque as rotas comerciais não obedeceram gentilmente ao desejo português e puderam contornar a praça ocupada.

Mesmo assim, Ceuta alterou o horizonte mental e político. Portugal passava a manter uma posição no Norte de África. O mar deixava de ser apenas fronteira física e tornava-se espaço de projeção.

É aqui que a Ordem de Cristo ganha nova importância. O Infante D. Henrique, uma das figuras centrais da conquista de Ceuta, assumiria a administração da Ordem nos anos seguintes, consolidando-se essa posição por volta de 1420. A escolha não era decorativa. A Ordem oferecia rendas, prestígio, rede de

comendas e autoridade religiosa. Henrique passava a dispor de uma base institucional própria dentro da estrutura da monarquia.

A historiografia mais antiga transformou o Infante numa espécie de diretor-geral de uma “Escola de Sagres”, cercado por sábios que planeavam metodicamente a descoberta do mundo. A imagem é hoje tratada com grande cautela. Não há evidência de uma escola formal nos moldes em que o mito a popularizou. Houve, isso sim, uma concentração de interesses, pilotos, cartógrafos, capitães, comerciantes e recursos ligados ao Infante e à Coroa.

Esta diferença é importante. A expansão marítima foi um processo distribuído. Dependia de conhecimento prático acumulado por comunidades marítimas e de decisões políticas tomadas em contextos mutáveis. Os sucessos foram acompanhados por fracassos, perdas de navios, erros de cálculo e experiências repetidas.

O papel da Ordem de Cristo deve ser colocado dentro dessa ecologia. Não foi a única financiadora nem a única instituição envolvida. Mas as suas rendas e o seu estatuto permitiram ao Infante combinar interesses pessoais, dinásticos e religiosos. Em troca, a Ordem passou a ligar-se cada vez mais à expansão.

A cruz vermelha que se tornaria visível nas velas portuguesas condensava esta convergência. Era símbolo religioso, institucional e político. Não significava que cada navio pertencesse juridicamente à Ordem. Significava que o universo mental da expansão portuguesa estava profundamente ligado à linguagem da cristandade e às ordens militares.

O Atlântico oferecia ainda algo que a Península já não oferecia: espaço.

Castela bloqueava a expansão terrestre portuguesa. O mar não tinha fronteiras consolidadas. Madeira, Açores e costa africana abriram possibilidades de povoamento, comércio, experimentação agrícola e exploração. A monarquia portuguesa iria aprender, ao longo do século XV, a governar territórios separados pelo oceano.

Esse aprendizado seria uma das raízes do império.

A Ordem de Cristo, herdeira patrimonial de uma instituição da Reconquista, participaria agora na criação de uma infraestrutura de expansão marítima.

A fortaleza encontrava o navio.

Fontes essenciais do capítulo

Arquivo Nacional da Torre do Tombo; estudos sobre a crise de 1383-1385 e a dinastia de Avis; Isabel Morgado de Sousa e Silva, A Ordem de Cristo (1417-1521); documentação relativa ao Infante D. Henrique.

Capítulo 12 — O Infante D. Henrique e a máquina imperfeita da expansão

O Infante D. Henrique é uma figura histórica real envolvida por uma personagem posterior. A personagem é “Henrique, o Navegador”: príncipe cientista, fundador de escola náutica, cérebro solitário dos Descobrimentos. O homem histórico foi mais complexo: aristocrata, administrador de uma ordem militar, senhor de vastos recursos, participante da política dinástica, promotor de expedições, homem profundamente religioso e beneficiário de uma economia de conquista que incluiu escravização.

Retirar a estátua não diminui a importância do homem. Permite compreendê-la.

A administração da Ordem de Cristo deu ao Infante uma base financeira e institucional relevante. As rendas das comendas podiam sustentar a sua casa, premiar servidores e apoiar iniciativas. A relação entre os recursos da Ordem e cada expedição específica nem sempre é documentalmente simples, e seria imprudente afirmar que “a Ordem financiou os Descobrimentos” como se existisse uma única conta bancária. O que podemos afirmar é que a posição de Henrique na Ordem aumentou significativamente a sua capacidade de agir.

A Coroa, por seu lado, concedeu direitos e monopólios associados à expansão. A exploração de determinadas áreas, o comércio e a colonização criavam receitas. As ilhas atlânticas ofereceram um laboratório institucional importante.

A Madeira começou a ser colonizada por portugueses a partir da década de 1420. Porto Santo e a Madeira foram divididos em capitânias. A produção agrícola transformou-se ao longo do tempo, e o açúcar tornou-se uma cultura de grande valor. A expansão da cana exigiu capital, trabalho, redes comerciais e conhecimento técnico. Mais tarde, o modelo açucareiro atlântico ligaria a expansão portuguesa ao crescimento da escravatura africana, com consequências humanas gigantescas.

Os Açores, identificados e povoados progressivamente ao longo do século XV, constituíram outra experiência de colonização insular. Gado, cereais e outras produções integraram as ilhas no circuito económico português. A navegação entre continente e arquipélagos criou rotinas oceânicas e conhecimentos práticos.

Em 1433, D. Duarte concedeu à Ordem de Cristo o espiritual da Madeira, Porto Santo e Desertas, mantendo certos direitos régios. O documento conservado na Torre do Tombo é particularmente importante porque demonstra de forma inequívoca a ligação institucional da Ordem aos territórios atlânticos. Não estamos perante simbolismo posterior; estamos perante jurisdição eclesiástica documentada.

A palavra “espiritual” refere-se à organização religiosa: igrejas, clero, direitos e obrigações eclesiásticas. Num mundo

em que poder político e religião estavam profundamente ligados, essa jurisdição tinha significado concreto. A expansão não transportava apenas soldados e comerciantes. Transportava também estruturas de cristianização e enquadramento social.

Ao mesmo tempo, as viagens avançavam pela costa africana. O cabo Bojador, durante muito tempo apresentado como barreira quase mítica, foi ultrapassado por Gil Eanes em 1434. O feito teve importância psicológica e prática. A navegação prosseguiu para sul, com reconhecimento de costa, comércio e captura de pessoas.

Em 1444, Lagos recebeu um conhecido desembarque de africanos escravizados. A crónica de Zurara descreve a cena de partilha com uma combinação perturbadora de compaixão humana e justificação religiosa. Este episódio obriga a corrigir a versão higienizada da expansão. O mesmo processo que ampliou conhecimento geográfico e criou novas redes comerciais participou na construção do tráfico atlântico de escravos.

A história não perde valor por reconhecermos isso. Ganha verdade.

O Infante D. Henrique procurava também alcançar as fontes do ouro africano e estabelecer contactos com poderes cristãos imaginados ou reais a sul do mundo islâmico. A figura do Preste João, soberano cristão lendário do Oriente, alimentou expectativas europeias. A expansão combinava informação correta, rumores, mapas incompletos e geografia religiosa.

Não havia um GPS ideológico apontado para a Índia desde 1415. Havia perguntas: até onde vai a costa? Que ventos permitem regressar? Onde estão os mercados de ouro? Que poderes existem para além do Saara? É possível contornar as redes comerciais muçulmanas? Há aliados cristãos?

A resposta a essas perguntas foi sendo construída viagem após viagem.

A Ordem de Cristo forneceu ao projeto de Henrique legitimidade cruzadística e recursos. O Infante, por sua vez, transformou a Ordem numa instituição associada ao oceano. Esta reciprocidade é um dos eixos centrais da nossa história.

Quando Henrique morreu, em 1460, Portugal ainda estava muito longe da Índia por via marítima. O sucesso posterior não pode ser atribuído a um plano que ele tivesse completado. Mas a infraestrutura política, marítima e económica desenvolvida durante as suas décadas de atuação tornou possível que outros continuassem.

Mais uma vez, a instituição sobrevivia ao indivíduo.

Fontes essenciais do capítulo

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, documentação sobre Madeira e Ordem de Cristo; Gomes Eanes de Zurara, Crónica dos Feitos da Guiné (fonte primária, a ler criticamente); estudos modernos sobre o Infante D. Henrique e expansão atlântica.

Capítulo 13 — Madeira, Açores, África: aprender a governar o oceano

A grande inovação portuguesa do século XV não foi apenas navegar mais longe. Foi aprender a criar sistemas duradouros sobre distâncias marítimas.

Uma viagem pode ser extraordinária e não mudar nada. Para transformar exploração em expansão política é necessário regressar, mapear, instalar pessoas, garantir abastecimento, estabelecer regras, distribuir direitos, produzir riqueza e criar circuitos regulares. Este processo é menos heroico do que dobrar um cabo, mas é nele que nasce um império.

As ilhas atlânticas foram fundamentais porque permitiram experimentar formas de administração que depois seriam adaptadas noutros espaços. O sistema de capitanias distribuía responsabilidades a donatários. A Coroa mantinha soberania e reservava direitos, enquanto capitães organizavam povoamento e exploração. O modelo não era uniforme nem perfeito, mas reduzia os custos diretos da monarquia.

A Madeira demonstrou a capacidade de ligar produção local a mercados internacionais. O açúcar atraiu capitais e comerciantes estrangeiros, incluindo italianos e flamengos. A expansão portuguesa nunca foi uma aventura etnicamente isolada. Foi

integrada em redes europeias de crédito, comércio, conhecimento e mão de obra especializada.

Esta observação desmonta outro mito nacionalista: Portugal não teve sucesso porque vivia separado do resto do mundo. Teve sucesso precisamente porque estava conectado.

Pilotos aprenderam com práticas mediterrânicas e atlânticas. Cartógrafos trabalharam sobre tradições diversas. Instrumentos de navegação foram adaptados. A construção naval evoluiu por experiência. A caravela, frequentemente tratada como invenção súbita de um génio português, resulta de processos incrementais. Era valiosa pela capacidade de navegar com flexibilidade e explorar costas, mas diferentes missões utilizavam diferentes tipos de navio.

A técnica fundamental não era apenas avançar. Era regressar.

No Atlântico Norte e ao largo de África, a compreensão dos regimes de vento tornou indispensável a chamada *volta do mar*: em vez de tentar regressar sempre junto à costa contra ventos desfavoráveis, os pilotos afastavam-se para o oceano até encontrar ventos mais convenientes. Esse conhecimento não nasceu numa aula única. Foi acumulado através de experiência, perdas e repetição.

A expansão para sul da costa africana também mudou de natureza. Inicialmente, incursões e capturas coexistiam com reconhecimento. Progressivamente, desenvolveram-se feitorias e relações comerciais. O ouro da África Ocidental tornou-se um objetivo importante. Produtos como malagueta e marfim

entraram nos circuitos. Pessoas escravizadas tornaram-se mercadoria dentro de um sistema que cresceria dramaticamente nos séculos seguintes.

A Ordem de Cristo estava presente neste processo através de direitos espirituais e da relação com a casa do Infante. Em 1454, D. Afonso V concedeu à Ordem a espiritualidade de territórios designados nas fontes como Guiné, Núbia e Etiópia, num contexto geográfico e conceptual que refletia o conhecimento europeu da época. O documento testemunha a tentativa de enquadrar religiosamente espaços ainda mal conhecidos pelos portugueses.

Bulas pontifícias do século XV também legitimaram conquistas e exclusividades portuguesas. Textos como *Dum Diversas* e *Romanus Pontifex* fazem parte da infraestrutura jurídica e religiosa da expansão. Hoje são igualmente importantes para compreender como a cristandade latina construiu justificações para dominação e escravização de não cristãos. A leitura crítica desses documentos impede que tratemos a expansão apenas como aventura científica.

Ciência, comércio, fé e violência coexistiam.

Esta coexistência é desconfortável apenas se exigirmos ao passado uma pureza que nunca existiu. Os mesmos navegadores que ampliavam conhecimento geográfico podiam participar em capturas humanas. Os mesmos religiosos que defendiam conversão podiam legitimar hierarquias imperiais. Os mesmos comerciantes que ligavam continentes podiam lucrar com escravos.

Portugal estava a construir um sistema oceânico antes de possuir um império asiático. As ilhas forneceram portos e produtos. A costa africana forneceu mercados, conhecimento e conflitos. Lisboa tornou-se progressivamente um nó de circulação internacional.

A experiência acumulada criou competências estatais: emissão de cartas, monopólios, contratos, fiscalização, cobrança, padroado religioso e negociação diplomática. As ordens militares, sobretudo Cristo, inseriam-se nesse conjunto como instituições híbridas entre religião, património e poder.

É neste ponto que a expressão “capital institucional” ganha pleno sentido. O que D. Dinis preservara em 1319 não era uma caixa com mapas. Era uma organização com rendas, estatuto e capacidade de ser apropriada por novos projetos. No século XV, essa capacidade encontrou uma tarefa que nenhum templário do século XII poderia ter previsto.

A defesa da fronteira cristã transformava-se em expansão da fronteira cristã.

E, progressivamente, a expansão portuguesa começava a adquirir uma escala mundial.

Fontes essenciais do capítulo

Arquivo Nacional da Torre do Tombo; documentação régia sobre Madeira, Açores e costa africana; bulas pontifícias do século XV; estudos de história marítima portuguesa e da escravatura atlântica.

Capítulo 14 — Do Bojador ao Cabo: conhecimento acumulado, não milagre

Entre a passagem do Bojador, em 1434, e a chegada de Bartolomeu Dias ao extremo sul de África, em 1488, decorre pouco mais de meio século. Num mapa moderno, podemos percorrer essa distância com o dedo em segundos. Para os homens do século XV, cada avanço acrescentava incerteza real.

A costa precisava de ser observada. Baías e rios tinham de ser reconhecidos. Correntes podiam empurrar navios para zonas perigosas. A conservação de água e alimentos limitava a duração das viagens. Doenças, tempestades e erros de navegação matavam. Informações transmitidas por habitantes locais eram essenciais, mas dependiam de tradução e confiança.

O progresso foi incremental.

Depois da morte do Infante D. Henrique, a expansão continuou sob diferentes modelos. A Coroa arrendou direitos de exploração a Fernão Gomes entre 1469 e 1474, impondo obrigações de reconhecimento anual de nova costa. O episódio é revelador: quando o investimento privado e o interesse régio se alinham, o Estado pode acelerar exploração sem financiar diretamente cada viagem.

Sob D. João II, a política ultramarina ganha nova centralização e ambição. A construção do Castelo de São Jorge

da Mina, em 1482, cria uma feitoria fortificada destinada sobretudo ao comércio do ouro na costa da atual Gana. A fortaleza mostra como a lógica dos castelos não desapareceu com o mar. Apenas mudou de continente.

Há uma ironia histórica quase perfeita: a mesma monarquia que séculos antes aprendera a fixar fronteiras através de fortalezas agora usava fortalezas para sustentar redes marítimas.

D. João II também investiu na procura do caminho para a Índia por duas vias. Por mar, Bartolomeu Dias avançava ao longo de África. Por terra, agentes como Pêro da Covilhã procuravam informação sobre o Índico, o comércio oriental e o lendário reino cristão do Preste João.

Em 1488, Bartolomeu Dias ultrapassou o extremo sul africano. O Cabo das Tormentas tornar-se-ia Cabo da Boa Esperança, nome que traduzia uma mudança conceptual: a Índia parecia agora alcançável por mar.

Nada disso exigia conhecimento templário secreto. Exigia algo mais difícil de manter durante décadas: continuidade política e aprendizagem institucional.

Os portugueses beneficiaram de cartografia mediterrânica, astronomia, matemática prática, tradições árabes e judaicas, experiência de marinheiros e inovação naval. A corte portuguesa acolheu ou utilizou especialistas de origens diversas. A expansão foi um produto de circulação cultural, mesmo quando a linguagem oficial celebrava a missão cristã do reino.

A contribuição judaica para áreas como astronomia, medicina, comércio e tradução faz parte desse ambiente intelectual. Figuras como Abraão Zacuto, já no final do século XV, exemplificam a presença de conhecimento astronómico sofisticado no espaço ibérico. A expulsão ou conversão forçada de judeus durante o reinado de D. Manuel mostraria, poucos anos depois, como a política religiosa podia destruir precisamente algumas das redes humanas de que o reino beneficiava.

O progresso técnico também foi menos linear do que o mito. Não existia um único “segredo da longitude”. A posição norte-sul podia ser estimada com observações astronómicas, embora com dificuldades. A longitude permaneceria um problema muito mais complexo durante séculos. Navegação costeira, estima, observação dos astros e experiência combinavam-se.

A Ordem de Cristo continuava presente sobretudo no plano institucional e simbólico. Sob D. Manuel, que se tornou administrador da Ordem em 1484, essa ligação tornar-se-ia ainda mais estreita. Antes de subir ao trono, Manuel já controlava uma das instituições mais ricas e prestigiosas do reino.

É significativo que a fase final da abertura do caminho marítimo para a Índia coincida com a concentração crescente da Ordem de Cristo na família real. A organização criada por D. Dinis para preservar património templário estava agora praticamente integrada no centro do poder dinástico.

A cruz acompanhava os navios, mas atrás dela existia uma máquina muito mais ampla: estaleiros, arsenais, pilotos, escrivães, mercadores, financiadores, tradutores, cartógrafos, astrónomos, soldados, marinheiros e trabalhadores anónimos.

Os grandes nomes são indispensáveis para contar uma história. Tornam-se perigosos quando escondem o sistema.

Bartolomeu Dias não dobrou o Cabo sozinho. Vasco da Gama não chegou à Índia sozinho. D. Manuel não governou um oceano sozinho. E os Templários, séculos antes, não construíram Portugal sozinhos.

A verdadeira continuidade histórica não está numa confraria secreta de heróis. Está na capacidade de as sociedades acumularem conhecimento através de muitas mãos.

Fontes essenciais do capítulo

Estudos de história marítima portuguesa; documentação dos reinados de Afonso V, João II e Manuel I; Arquivo Nacional da Torre do Tombo; obras sobre cartografia, navegação e redes comerciais do século XV.

Capítulo 15 — D. Manuel, a Cruz de Cristo e o salto para o mundo

Quando D. Manuel subiu ao trono em 1495, Portugal estava à beira de uma transformação que alteraria a sua escala histórica.

Manuel não era o herdeiro mais óbvio. Uma sucessão de mortes colocou-o no caminho da Coroa. Desde 1484 era administrador da Ordem de Cristo. Ao tornar-se rei, reuniu na mesma pessoa o poder monárquico e a direção de uma instituição cuja herança remontava ao Templo.

Três anos depois, em 1498, Vasco da Gama chegou a Calecute. Em 1500, a armada de Pedro Álvares Cabral alcançou a costa do Brasil e prosseguiu para a Índia. Em poucos anos, Portugal passou de potência atlântica para ator decisivo nas redes comerciais do Índico.

A rapidez pode criar a ilusão de milagre. Na realidade, era o resultado de quase um século de exploração atlântica, de décadas de avanço africano e de uma política cada vez mais centralizada.

O reinado manuelino transformou essa expansão num programa simbólico. A esfera armilar, associada pessoalmente a D. Manuel, aparece por toda a parte. A Cruz da Ordem de Cristo surge em navios, bandeiras e arquitetura. O estilo que chamamos manuelino combina referências religiosas, régias, naturais e marítimas numa linguagem de poder.

No Convento de Cristo, a famosa janela do Capítulo condensa essa cultura visual. Em Belém, o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém associam expansão, monarquia e religião. Lisboa enche-se de produtos e pessoas vindos de diferentes regiões. O reino pequeno da fachada atlântica torna-se centro de circulação global.

A Ordem de Cristo participa financeiramente e simbolicamente nesse mundo. A Coroa utiliza os seus recursos e atribui comendas. O padroado religioso nos territórios ultramarinos liga evangelização e soberania. A cruz nas velas representa uma continuidade de linguagem: a expansão é apresentada como serviço da fé e da monarquia.

Mas a chegada ao Índico introduz Portugal em sistemas comerciais muito mais antigos do que o próprio reino. Indianos, árabes, persas, africanos, chineses e outros povos mantinham redes complexas muito antes da entrada portuguesa. A expressão “descoberta da Índia” só faz sentido do ponto de vista europeu; a Índia não precisava de ser descoberta pelos seus habitantes.

Os portugueses trouxeram uma combinação particular de artilharia naval, agressividade militar, diplomacia e estratégia de pontos fortificados. Em vez de conquistar grandes territórios continentais de imediato, procuraram controlar rotas e portos. Goa, Malaca e Ormuz tornaram-se peças de um sistema marítimo.

A lógica recorda, em escala diferente, a antiga fronteira medieval: controlar nós estratégicos em vez de ocupar todo o espaço.

Fortalezas, novamente.

Afonso de Albuquerque compreendeu especialmente bem essa estratégia. O império português no Oriente dependia de bases costeiras, frotas e capacidade de interromper ou taxar circulação. Era uma potência naval com recursos humanos limitados.

O sucesso foi real, mas nunca absoluto. Os portugueses enfrentaram resistência, derrotas e limites logísticos. Dependiam de aliados locais, intérpretes e intermediários. Não substituíram as redes asiáticas; inseriram-se nelas pela força e pela negociação.

Ao mesmo tempo, a expansão atlântica aprofundava a escravatura. O Brasil transformar-se-ia, ao longo dos séculos seguintes, num dos maiores destinos do tráfico transatlântico de africanos escravizados. O sistema imperial que deu projeção mundial à língua e cultura portuguesas produziu também violência em escala global.

Nenhuma leitura séria pode omitir esse lado.

Também não é historicamente sensato reduzir tudo a ele. A expansão portuguesa acelerou contactos entre continentes, produziu cartografia, descrições naturais e etnográficas, circulação de plantas, técnicas e palavras. Criou comunidades mestiças e redes culturais que sobreviveriam ao império. A história é simultaneamente criação e destruição.

A Ordem de Cristo, neste mundo manuelino, já está longe da pequena instituição fundada em Castro Marim em 1319. A sua

simbologia tornou-se parte da imagem internacional da monarquia. O passado templário não desapareceu, mas foi absorvido por uma identidade nova.

Daí a importância de não confundir símbolo e organização. A Cruz de Cristo nas velas não prova que os navegadores fossem templários. Prova que a expansão portuguesa se representava através de uma ordem cuja história institucional estava ligada ao Templo e à Reconquista.

É uma continuidade suficientemente poderosa sem precisarmos de acrescentar ficção.

Em pouco menos de quatro séculos, o arco está completo: concessões templárias num condado em formação; Tomar e a defesa da fronteira; supressão do Templo; criação da Ordem de Cristo; integração progressiva na monarquia; administração henriquina; expansão atlântica; projeção manuelina.

O castelo tornou-se caravela sem nunca deixar completamente de ser castelo.

Fontes essenciais do capítulo

Arquivo Nacional da Torre do Tombo; UNESCO, Convento de Cristo e património manuelino; estudos sobre D. Manuel I, Vasco da Gama e o Estado da Índia; Isabel Morgado de Sousa e Silva; historiografia da expansão portuguesa.

**Parte IV — O que ficou: memória,
mito e uma leitura diferente de
Portugal**

Capítulo 16 — Tesouros, túneis e outros atalhos para estragar uma boa história

Os Templários têm um problema que poucas instituições medievais enfrentam: a história real é constantemente obrigada a competir com uma versão ficcional mais barulhenta.

Em livros, filmes e programas televisivos, o Templo surge associado a tesouros desaparecidos, ao Santo Graal, à Arca da Aliança, à linhagem de Cristo, à maçonaria, aos cátaros, à América antes de Colombo e a quase qualquer enigma histórico que necessite de cavaleiros com capas brancas. Portugal, com Tomar, Sintra e a Ordem de Cristo, tornou-se naturalmente cenário privilegiado.

A atração é compreensível. A extinção abrupta de uma organização poderosa cria uma pergunta narrativa: para onde foram todos? A transferência incompleta e desigual dos bens cria outra: para onde foi a riqueza? A existência de rituais internos e de uma hierarquia fechada cria espaço para imaginar segredos. O facto de alguns Templários terem sobrevivido individualmente após a supressão permite construir genealogias indefinidas.

Mas uma pergunta sem resposta documental não é uma autorização para inventar a resposta mais emocionante.

O chamado “tesouro templário” é um bom exemplo. A riqueza da Ordem era em grande parte imobiliária: terras, casas, rendas, direitos. Não consistia num gigantesco cofre de ouro facilmente transportável. Havia obviamente dinheiro, objetos preciosos e arquivos, mas a imagem de uma frota secreta carregada de tesouro que teria fugido para Portugal pertence ao domínio da especulação.

O mesmo se aplica à ideia de que os Templários trouxeram um arquivo de mapas que permitiria aos portugueses conhecer previamente as rotas atlânticas. Não há cadeia documental que sustente essa afirmação. A cartografia medieval e renascentista mostra evolução, empréstimos e descobertas graduais. Se existisse um mapa templário completo de África ou da América e esse documento tivesse orientado sistematicamente a política portuguesa, seria necessário explicar por que razão as viagens procederam de forma tão incremental, com tantas incertezas e décadas de exploração.

As teorias conspirativas têm dificuldade com a lentidão. Um segredo perfeito devia produzir resultados rápidos. A história real prefere tentativas, erros e burocracia.

Também a ligação entre Templários e maçonaria é sobretudo produto de tradições posteriores. Organizações maçônicas dos séculos XVIII e XIX apropriaram-se de símbolos cavaleirescos e criaram graus templários. Essa receção histórica é interessante por si mesma, mas não prova continuidade organizacional desde 1312.

Em Portugal, a própria Quinta da Regaleira, em Sintra, é frequentemente apresentada como “templária”. Na realidade, a maior parte da simbologia que fascina visitantes pertence ao universo esotérico, maçónico e neotemplário dos séculos XIX e XX, muito posterior à Ordem medieval. O erro típico consiste em ver uma cruz e presumir uma linha institucional direta de oitocentos anos.

Tomar é diferente porque a ligação histórica ao Templo é inequívoca. O castelo foi fundado por Gualdim Pais. A Charola tem origem templária. A Ordem de Cristo herdou o espaço. É precisamente por termos documentação tão forte que não precisamos de acrescentar túneis para Jerusalém.

A mitologia, contudo, ensina-nos alguma coisa sobre memória coletiva. As sociedades não preservam apenas o passado; reinterpretem-no de acordo com as necessidades do presente. O romantismo procurou heróis medievais. O nacionalismo procurou genealogias gloriosas. O esoterismo procurou tradições secretas. A cultura de massas procura mistérios vendáveis.

A historiografia faz o trabalho menos vistoso de perguntar: o documento é contemporâneo? Quem o escreveu? Com que objetivo? Existe confirmação independente? A cronologia é possível? A afirmação explica mais do que complica?

Essas perguntas não destroem o fascínio. Protegem-no.

Há algo profundamente mais interessante na estratégia de D. Dinis do que numa fuga secreta de cavaleiros. O rei negociou

durante anos com a Santa Sé, preservou recursos e criou uma solução jurídica nova. Isso exige inteligência política real. Uma conspiração mágica dispensa explicação e, por isso, dispensa a competência humana.

O mesmo acontece com a expansão marítima. Atribuí-la a mapas secretos diminui o trabalho de gerações de pilotos, marinheiros, construtores, astrónomos e cartógrafos. Retira mérito precisamente às pessoas que fizeram o impossível parecer possível através de acumulação paciente de conhecimento.

A história adulta não precisa de ser desmistificadora por prazer. Deve ser seletivamente cética. Há lendas que preservam memória e merecem ser estudadas como cultura. Há hipóteses que permanecem abertas. Há documentos perdidos. Mas entre “não sabemos” e “logo foram os Templários” existe um abismo lógico.

A verdadeira herança templária em Portugal é suficientemente impressionante: castelos, terras, práticas institucionais, memória, uma transição patrimonial para a Ordem de Cristo e um símbolo que atravessou o oceano.

Não é pouco.

É apenas menos conveniente para quem vende mistério ao metro.

Fontes essenciais do capítulo

Paula Pinto Costa; estudos críticos sobre neotemplarismo e receção moderna dos Templários; documentação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo; investigação arqueológica e patrimonial sobre Tomar.

Capítulo 17 — Da Reconquista à globalização: o fio que os manuais partem

Chegados ao fim do percurso, podemos regressar à pergunta inicial: existe realmente um fio entre os Templários da formação de Portugal e a expansão marítima dos séculos XV e XVI?

Sim, existe.

Mas é diferente daquele que a lenda imagina.

Não é uma sociedade secreta que atravessa os séculos sem mudar. Não é uma sucessão de mestres escondidos. Não é um arquivo de mapas proibidos. É uma continuidade de património, instituições, símbolos e capacidade política de adaptação.

O primeiro momento desse fio encontra-se no século XII. A monarquia portugalense em formação utiliza ordens militares para defender e organizar espaços de fronteira. Os Templários estabelecem-se em posições estratégicas, constroem fortalezas e administram territórios. Tomar torna-se o seu principal centro português.

O segundo momento ocorre no início do século XIV. A Ordem do Templo é suprimida internacionalmente. D. Dinis consegue evitar que a sua infraestrutura portuguesa seja simplesmente desmantelada ou absorvida sem consideração pelos interesses do reino. A criação da Ordem de Cristo,

autorizada pelo Papa em 1319, conserva grande parte da base material templária num novo quadro institucional.

O terceiro momento acontece no século XV. Com a Reconquista portuguesa terminada e a fronteira terrestre estabilizada, a monarquia procura novos espaços de projeção. A dinastia de Avis, ela própria nascida de um mestre de ordem militar, conquista Ceuta e intensifica a exploração atlântica. O Infante D. Henrique assume a administração da Ordem de Cristo. A Ordem recebe direitos espirituais sobre territórios atlânticos e integra-se no sistema de expansão.

O quarto momento surge com D. Manuel. Administrador da Ordem antes de ser rei, Manuel governa quando Portugal alcança a Índia e o Brasil entra no horizonte português. A Cruz de Cristo transforma-se num dos símbolos visuais da presença portuguesa no mundo.

Esta sequência não prova causalidade exclusiva. Portugal não chegou à Índia “por causa dos Templários”. Entre a fortaleza de Tomar e Calecute existem séculos de transformações, novas tecnologias, novas pessoas e novos interesses. A Ordem de Cristo é apenas uma peça, embora importante, de um sistema muito maior.

A formulação mais rigorosa é esta: **a herança institucional do Templo foi uma das correntes que alimentaram a capacidade portuguesa de organizar a expansão.**

Essa perspectiva também muda a forma como vemos a própria identidade portuguesa. A história nacional costuma alternar

entre duas tentações. Uma apresenta Portugal como povo destinado desde sempre a descobrir o mundo. A outra reduz o passado a uma sucessão de acasos, violências e mitos sem qualquer coerência de longo prazo.

Nenhuma é satisfatória.

Portugal não tinha destino escrito. Mas desenvolveu competências específicas porque enfrentou problemas específicos. Nasceu numa fronteira. Aprendeu a negociar sobrevivência entre poderes maiores. Utilizou instituições religiosas e militares para compensar limitações demográficas. Estabilizou uma fronteira terrestre cedo em comparação com muitas monarquias europeias. Ficou geograficamente voltado para o Atlântico. Acumulou experiência marítima. Criou mecanismos flexíveis de concessão e administração. Quando oportunidades oceânicas surgiram, possuía algumas das ferramentas necessárias para explorá-las.

A história não é destino; é dependência de percurso.

Em ciência e economia, fala-se de *path dependence*: decisões tomadas num momento condicionam as possibilidades futuras, mesmo quando os objetivos originais já desapareceram. A metáfora encaixa surpreendentemente bem. A decisão de conceder territórios aos Templários no século XII não foi tomada para financiar viagens no século XV. Mas criou património e uma instituição. A decisão de D. Dinis em 1319 não foi tomada para chegar à Índia. Mas preservou uma estrutura que mais tarde pôde ser associada à expansão.

O passado abre e fecha portas sem conhecer quem as atravessará.

Esta leitura também explica por que motivo Tomar é tão importante. O monumento contém fisicamente o processo. A UNESCO identifica a mudança simbólica: de monumento da Reconquista a símbolo da abertura a outras civilizações. Não é apenas uma frase turística. É uma interpretação histórica condensada em arquitetura.

Talvez seja isso que a educação histórica devesse fazer melhor: ensinar ligações.

Memorizar que D. Dinis criou a Ordem de Cristo em 1319 é pouco útil se o aluno não sabe por que razão existia um problema templário. Saber que o Infante D. Henrique administrava a Ordem é uma curiosidade se não percebemos que a instituição possuía recursos e jurisdição. Ver a Cruz de Cristo numa caravela é decoração se não conhecemos os três séculos que estão por detrás do símbolo.

Uma história por gavetas produz cidadãos que conhecem nomes mas não processos.

E processos são precisamente aquilo de que precisamos para pensar o presente.

Instituições sobrevivem aos seus fundadores. Recursos criados para uma missão podem ser usados noutra. Decisões diplomáticas podem ter efeitos séculos depois. Países pequenos compensam limitações através de redes e conhecimento. E

nenhuma vantagem histórica dura para sempre se uma sociedade deixar de aprender e adaptar-se.

Talvez essa seja a herança mais atual desta história.

Portugal não se tornou relevante quando repetiu “sempre fizemos assim”. Tornou-se relevante quando foi capaz de transformar uma fortaleza numa plataforma para olhar o horizonte.

Fontes essenciais do capítulo

Arquivo Nacional da Torre do Tombo; UNESCO; Paula Pinto Costa; Isabel Morgado de Sousa e Silva; estudos de história medieval, institucional e marítima portuguesa.

Epílogo — A cruz, o mar e a capacidade de mudar

Há uma imagem que resume este livro.

No século XII, um cavaleiro sobe a muralha de Tomar e olha para sul. O horizonte é terrestre. O problema é a segurança de caminhos, rios, campos e povoações. A sua ordem foi criada longe dali, no Oriente latino, mas encontrou naquela fronteira uma nova missão.

Três séculos depois, uma cruz de desenho semelhante aparece numa vela portuguesa que se afasta da costa. O horizonte já não termina numa serra. É água.

Entre as duas imagens não existe uma linha secreta. Existe algo mais extraordinário: três séculos de transformação.

Mudaram reis, dinastias e papas. A Ordem do Templo foi destruída. A Ordem de Cristo nasceu. A fronteira avançou até ao Algarve e terminou. Portugal quase perdeu a independência em 1383. Uma nova dinastia nasceu de um mestre militar. Ceuta foi conquistada. Ilhas foram povoadas. A costa africana foi percorrida. O oceano deixou de ser limite e tornou-se estrada.

No meio de tudo isso, instituições conservaram memória e recursos.

A principal lição não é que os Templários tenham feito Portugal. Não fizeram. Também não é que D. Dinis tenha previsto os Descobrimentos. Não previu. Nem que o Infante D.

Henrique tenha inventado sozinho a navegação oceânica. Não inventou.

A lição é que a história de Portugal se torna mais inteligível quando observamos **continuidade, adaptação e reutilização**.

Um reino pequeno não podia desperdiçar recursos. Uma fortaleza abandonada, uma ordem rica sem missão, uma rede marítima sem proteção ou um conhecimento não transmitido eram luxos perigosos. Nos momentos de maior criatividade política, Portugal soube reaproveitar o que já tinha e combiná-lo com aquilo que aprendia fora.

Essa capacidade não absolve a violência do passado. A Reconquista implicou conquista. A expansão implicou guerra, escravização e dominação. A Cruz de Cristo foi símbolo de fé e também acompanhou projetos imperiais. O património histórico não precisa de ser purificado para ser valorizado.

Uma sociedade madura consegue olhar para uma caravela e ver ao mesmo tempo engenharia, coragem, comércio, curiosidade, religião, ambição e violência.

Consegue olhar para um castelo templário e ver fé, disciplina, privilégio, guerra, povoamento e administração.

Consegue admirar sem ajoelhar.

Consegue criticar sem apagar.

Talvez Portugal precise menos de uma “verdadeira história” definitiva e mais de uma cultura histórica que recuse tanto o catecismo como a amnésia. O passado não é um tribunal onde os

mortos esperam a nossa sentença. É um laboratório de decisões humanas.

E há decisões que ecoam muito para além da intenção de quem as tomou.

D. Dinis queria resolver o problema criado pela extinção dos Templários. Um século depois, a instituição que ajudou a criar estava ligada à exploração do Atlântico. Outro século depois, a Cruz de Cristo era reconhecida em oceanos que nenhum dos seus fundadores conhecia.

O futuro é, muitas vezes, construído com ferramentas inventadas para problemas antigos.

A muralha e a caravela parecem objetos opostos. Uma fecha; a outra parte. Uma define um limite; a outra procura ultrapassá-lo.

Na história portuguesa, porém, pertencem à mesma longa aprendizagem: sobreviver adaptando-se ao horizonte.

Apêndice I — Cronologia

essencial

1096-1097 — Formação do Condado Portucalense sob D. Henrique e D. Teresa, no contexto da reorganização política do noroeste peninsular.

1112 — Morte de D. Henrique. D. Teresa mantém o governo do Condado.

c. 1119-1120 — Formação da Ordem do Templo no contexto dos Estados cruzados do Oriente.

1128 — Batalha de São Mamede. Afonso Henriques afirma o controlo político do Condado. Por esta época surgem concessões à Ordem do Templo no espaço portucalense.

1143 — Tratado de Zamora, etapa importante no reconhecimento político de Afonso Henriques.

1147 — Conquista de Santarém e Lisboa. Cruzados estrangeiros participam na tomada de Lisboa.

1159 — D. Afonso Henriques concede aos Templários as terras de Tomar.

1160 — Gualdim Pais inicia a construção do Castelo de Tomar.

1162 — Foral de Tomar associado a Gualdim Pais.

1171-1174 — Grandes obras templárias em castelos como Almourol e Longroiva, dentro da vaga construtiva do período.

1179 — Bula *Manifestis Probatum* reconhece Afonso Henriques como rei e Portugal no quadro da cristandade latina.

1195 — Morte de Gualdim Pais.

1249 — Conclusão convencional da Reconquista portuguesa com a integração do Algarve sob D. Afonso III.

1291 — Queda de Acre, último grande bastião cruzado na Terra Santa. A missão oriental das ordens militares entra em crise.

1297 — Tratado de Alcanizes entre Portugal e Castela, decisivo para a estabilização da fronteira terrestre.

13 de outubro de 1307 — Prisão em massa dos Templários em França por ordem de Filipe IV.

1312 — Clemente V suprime a Ordem do Templo no contexto do Concílio de Vienne.

1314 — Jacques de Molay é executado em Paris.

14 de março de 1319 — João XXII cria a Ordem de Cristo através da bula *Ad ea ex quibus*.

1319 — D. Dinis promove a transferência para a nova Ordem dos bens templários portugueses.

século XIV, meados — A Ordem de Cristo transfere progressivamente o seu centro de Castro Marim para Tomar; diferentes fontes assinalam 1344 e 1357 para momentos distintos desse processo.

1383-1385 — Crise dinástica portuguesa. D. João, Mestre de Avis, torna-se rei.

1385 — Batalha de Aljubarrota. Consolidação da nova dinastia de Avis.

1415 — Conquista de Ceuta.

c. 1420 — Infante D. Henrique assume a administração da Ordem de Cristo, num processo iniciado nos anos anteriores.

década de 1420 — Início da colonização sistemática da Madeira e Porto Santo.

1433 — D. Duarte concede à Ordem de Cristo o espiritual da Madeira, Porto Santo e Desertas.

1434 — Gil Eanes ultrapassa o cabo Bojador.

1444 — Grande desembarque e partilha de africanos escravizados em Lagos, episódio descrito por Zurara.

1454 — D. Afonso V concede à Ordem de Cristo direitos espirituais sobre territórios africanos definidos segundo a geografia política e religiosa da época.

1460 — Morte do Infante D. Henrique.

1469-1474 — Contrato de exploração da costa africana com Fernão Gomes.

1482 — Construção da fortaleza de São Jorge da Mina.

1484 — D. Manuel torna-se administrador da Ordem de Cristo.

1488 — Bartolomeu Dias ultrapassa o extremo sul de África.

1494 — Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Castela.

1495 — D. Manuel sobe ao trono.

1498 — Vasco da Gama chega a Calecute.

1500 — Armada de Pedro Álvares Cabral alcança a costa do Brasil e segue para a Índia.

1510 — Conquista portuguesa de Goa.

1511 — Conquista de Malaca.

1521 — Morte de D. Manuel I.

1551 — Incorporação perpétua na Coroa dos mestrados das ordens militares portuguesas, com autorização pontifícia, durante o reinado de D. João III.

Apêndice II — Lugares onde esta história ainda pode ser tocada

Tomar — Castelo e Convento de Cristo

É o lugar central deste livro. O castelo conserva o núcleo da presença templária iniciada por Gualdim Pais. A Charola testemunha a arquitetura religiosa da Ordem do Templo. As ampliações góticas, manuelinas e renascentistas mostram a apropriação do espaço pela Ordem de Cristo e pela monarquia. É um monumento onde se pode literalmente caminhar da Reconquista para a expansão marítima.

Almourol

A fortaleza numa ilha do Tejo pertence ao conjunto de obras associado à reorganização templária da fronteira central no século XII. A sua posição permite compreender a importância dos rios como vias de circulação e eixos militares.

Pombal

O castelo recorda a implantação templária na região e a lógica de uma rede de posições defensivas entre territórios mais antigos e a linha de expansão para sul.

Longroiva

A torre de menagem datada do século XII oferece evidência material da difusão de soluções arquitetónicas associadas ao período de Gualdim Pais.

Soure

Ligado às primeiras concessões aos Templários no espaço portugalense, ajuda a compreender a importância da defesa de Coimbra e da zona do Mondego antes de a fronteira avançar para o Tejo.

Castro Marim

Primeira sede da Ordem de Cristo. A escolha algarvia recorda que, em 1319, a nova ordem ainda foi concebida no quadro de uma missão militar de fronteira e defesa cristã, não como organismo marítimo destinado de antemão à expansão oceânica.

Palmela

Centro fundamental da Ordem de Santiago em Portugal. A visita é um antídoto útil contra a tentação de atribuir toda a Reconquista aos Templários. O Sul português foi profundamente marcado por outras ordens militares.

Belém, Lisboa

O Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém pertencem já ao universo manuelino. Aqui, a expansão marítima torna-se linguagem monumental da monarquia.

Lagos

Lugar central da expansão henriquina e também da memória da escravatura atlântica. Permite confrontar as duas faces do processo: exploração marítima e violência sobre pessoas capturadas e comercializadas.

Apêndice III — Documentos que mudam a leitura da história

***Manifestis Probatum* — 1179**

A bula do papa Alexandre III confirma Afonso Henriques como rei e integra o reino português de forma mais clara no sistema político da cristandade latina. É essencial para compreender que a independência não foi apenas resultado de batalhas; exigiu reconhecimento diplomático e religioso.

Documentos de doação à Ordem do Templo

Cartas e cartulários relativos a Soure, Tomar e outros domínios permitem reconstruir a implantação territorial templária sem depender de tradições posteriores. São a base para distinguir património real de geografia lendária.

***Vox in excelso* e decisões de 1312**

A documentação pontifícia da supressão do Templo mostra a complexidade jurídica do processo. É importante notar que a dissolução da Ordem não equivale a uma sentença simples que prove todas as acusações formuladas em França.

***Ad ea ex quibus* — 14 de março de 1319**

A bula de João XXII que institui a Ordem de Cristo é o documento-chave desta narrativa. Demonstra que a solução

portuguesa foi obtida dentro do direito canónico e através de negociação com Roma.

Carta régia de execução da fundação da Ordem de Cristo

D. Dinis dá execução à decisão pontifícia e integra a nova Ordem no quadro político português. É um exemplo de como a monarquia transformou uma crise internacional numa solução institucional.

Doação do espiritual da Madeira à Ordem de Cristo — 1433

Conservada na Torre do Tombo, documenta a ligação direta entre a Ordem e a organização religiosa dos primeiros territórios atlânticos portugueses.

Documentação sobre a espiritualidade da Guiné — século XV

Cartas régias e bulas pontifícias mostram como religião, jurisdição e expansão se entrelaçaram na costa africana. Devem ser lidas também à luz das justificações contemporâneas para conquista e escravização.

Tratado de Tordesilhas — 1494

O acordo entre as coroas ibéricas demonstra que a expansão oceânica já exigia um direito internacional próprio da época. O

mundo era negociado por monarquias europeias que não consultavam os povos que nele viviam, uma limitação ética e política que o documento torna particularmente visível aos olhos modernos.

Apêndice IV — Mitos e factos em dez perguntas

1. Os Templários fundaram Portugal?

Não. A formação de Portugal resultou de processos dinásticos, militares, religiosos e sociais muito mais amplos. Os Templários foram aliados importantes e precoces, sobretudo na consolidação territorial de certas regiões.

2. Os Templários conquistaram Portugal de norte a sul?

Não. Participaram na Reconquista, mas outras ordens, a Coroa, nobres, concelhos e contingentes diversos tiveram papéis essenciais. Santiago foi particularmente importante no Sul.

3. D. Dinis desobedeceu ao Papa e mudou o nome aos Templários?

Não dessa forma. D. Dinis negociou com a Santa Sé e conseguiu que João XXII criasse canonicamente a Ordem de Cristo em 1319. A nova Ordem recebeu bens templários, mas tinha existência jurídica própria.

4. Todos os Templários portugueses passaram para a Ordem de Cristo?

Não há prova de uma transferência total. A continuidade é mais segura no plano patrimonial e institucional do que numa sucessão pessoal completa.

5. A Ordem de Cristo financiou os Descobrimentos?

Participou no sistema financeiro, religioso e político ligado à expansão, sobretudo através da administração do Infante D. Henrique e das suas rendas. Mas não foi a única financiadora nem existe uma contabilidade única que permita atribuir todo o processo à Ordem.

6. O Infante D. Henrique fundou uma Escola de Sagres?

Não existe evidência sólida de uma escola formal como a que a narrativa romântica descreveu. Existiu, porém, um ambiente de promoção de navegações e circulação de pilotos, cartógrafos e conhecimentos associado ao Infante e à Coroa.

7. Os Templários tinham mapas secretos da América?

Não há evidência documental credível. A expansão portuguesa revela aprendizagem gradual incompatível com a existência demonstrada de um mapa completo e secreto que

resolvesse antecipadamente os principais problemas geográficos.

8. A cruz nas velas era templária?

Era a Cruz da Ordem de Cristo, instituição criada em 1319 e herdeira de bens templários portugueses. A semelhança e a continuidade histórica explicam a associação, mas as duas ordens não são juridicamente idênticas.

9. A expansão portuguesa foi apenas uma epopeia científica?

Não. Produziu conhecimento, comércio e contactos globais, mas envolveu também guerra, coerção, escravização e dominação colonial.

10. Então qual foi a herança templária mais importante?

Provavelmente não um segredo, mas algo mais concreto: património, implantação territorial, experiência administrativa, memória institucional e uma tradição que a monarquia portuguesa conseguiu transformar através da Ordem de Cristo.

Bibliografia e fontes recomendadas

Fontes e arquivos

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Exposições e documentação digital sobre a Ordem de Cristo, D. Dinis, D. Duarte, Madeira, ordens militares e expansão portuguesa. Particularmente relevante a documentação relativa à bula *Ad ea ex quibus* e às cartas de doação do espiritual das ilhas atlânticas.

UNESCO World Heritage Centre. *Convent of Christ in Tomar*. Síntese patrimonial e histórica do complexo, destacando a transição simbólica entre Reconquista e abertura portuguesa ao mundo no período manuelino.

Património Cultural, I. P. Fichas de inventário e notas histórico-artísticas dos castelos de Tomar, Almourol, Longroiva e outros monumentos relacionados com a implantação das ordens militares.

RTP Ensina. Materiais de divulgação histórica sobre D. Afonso Henriques, formação do reino, Reconquista e Convento de Cristo. Úteis como sínteses introdutórias, devendo ser complementados por bibliografia especializada.

Estudos modernos

COSTA, Paula Pinto. *Templários em Portugal: Homens de Religião e de Guerra*. Lisboa: Manuscrito/Presença, 2019. Obra de referência de divulgação apoiada em investigação académica sobre a Ordem do Templo em Portugal.

SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e. *A Ordem de Cristo (1417-1521)*. Lisboa/Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2002, coleção *Militarium Ordinum Analecta*. Estudo fundamental para a Ordem de Cristo no período da expansão.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.). *Entre Deus e o Rei: O Mundo das Ordens Militares*. Palmela: Município de Palmela/GEsOS, 2018. Dois volumes com investigação especializada sobre ordens militares em Portugal e na Europa.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; PACHECO, Paulo (coord.). *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa*. Lisboa/Palmela: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 1997.

MATTOSO, José. *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Temas e Debates. Biografia crítica indispensável para separar a figura histórica do primeiro rei das camadas míticas acumuladas posteriormente.

MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Vários volumes. Síntese de referência da historiografia portuguesa contemporânea.

BARBER, Malcolm. *The Trial of the Templars*. Estudo internacional de referência sobre o processo que levou à supressão da Ordem.

BARBER, Malcolm. *The New Knighthood: A History of the Order of the Temple*. Síntese abrangente sobre a formação, expansão e queda da Ordem do Templo.

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (eds.). *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800*. Obra coletiva para enquadrar a expansão portuguesa numa perspetiva económica, política e cultural mais ampla.

BOXER, C. R. *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*. Clássico da historiografia do império marítimo português, a complementar com investigação mais recente.

Fontes narrativas medievais e modernas iniciais

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica dos Feitos da Guiné*. Fonte essencial para a expansão henriquina, devendo ser lida criticamente tendo em conta a sua função de legitimação política e religiosa.

BARROS, João de. *Décadas da Ásia*. Fonte quinhentista para a construção posterior da memória das conquistas portuguesas no Oriente.

PINA, Rui de. *Crónicas régias*. Importantes para o estudo da monarquia portuguesa dos séculos XV e XVI, sempre com atenção ao contexto de produção e aos objetivos cortesãos.

Nota final sobre método

Este livro utiliza a expressão “fio histórico” deliberadamente. Um fio liga acontecimentos sem afirmar que um determina mecanicamente o outro. A Ordem do Templo, a Ordem de Cristo e a expansão marítima pertencem a contextos diferentes. A continuidade que as une é parcial, institucional e sujeita a transformações.

Sempre que uma tradição popular entra em conflito com documentação conhecida, foi privilegiada a documentação. Sempre que a historiografia apresenta divergências, procurou-se indicar a incerteza em vez de fabricar uma certeza mais confortável.

A História não é menos portuguesa quando se torna mais rigorosa.

É apenas menos obediente.